

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 2 — nº 5 — janeiro/fevereiro — 2018

Software Público Brasileiro

Um ecossistema digital em expansão

Entrevista com Jorge Caldeira:
a economia do Brasil colonial

Construções Sustentáveis:
o futuro das cidades

Casa da Moeda:
a fabricação do dinheiro no Brasil

É proibido fumar!
seis anos da Lei nº 12.546



Aplicativo do **sei!**

EM SUAS MÃOS, A QUALQUER HORA E EM QUALQUER LUGAR

*O aplicativo do **sei!** permite, de forma prática e ágil, consultar processos administrativos eletrônicos, por meio de dispositivos móveis, como smartphones e tablets, e torna mais eficiente os trabalhos dos servidores públicos.*

Acesse **www.planejamento.gov.br/aplicativo-sei** e saiba mais.





Tradição, confiança e modernidade no trato da informação oficial

Em 2018, a Imprensa Nacional completa 21 décadas de trabalho árduo e ininterrupto e, neste momento do Século XXI, inicia o ano cumprindo um de seus maiores desafios: após o encerramento da impressão em papel do Diário Oficial da União em 30 de novembro de 2017, as informações oficiais continuam a ser publicadas diariamente no Portal da Imprensa Nacional, em sua versão PDF certificada, e agora, também, em dados abertos.

Essa transformação reforça o compromisso dessa instituição bicentenária: publicar e tratar a informação oficial pública brasileira com excelência, acompanhando as inovações tecnológicas e as necessidades do cidadão.



210 ANOS DE DEDICAÇÃO AO BRASIL

IMPrensa NACIONAL
Novos Rumos da Comunicação Pública

Revista da Imprensa Nacional
(Instituída pela Portaria nº 103, de 15 de maio de 2017)

Diretor-Geral: Pedro Bertone
Editor: Cristóvão de Melo
Copidesque: Rogério Ribeiro Lyra

REDAÇÃO:
Cristóvão de Melo
Ezequiel Marques Boaventura
Pedro Paulo Tavares de Oliveira
Rogério Lyra
Lisandra Nascimento (estagiária)

SECRETÁRIA
Vânia Maria Pinto

REVISÃO:
Dermeval Fernandes Dantas

CAPA:
Sirofi

ARTE E DIAGRAMAÇÃO:
Cláudio de Souza

ILUSTRAÇÃO:
Sirofi (pág. 7)

DECUPAGEM:
Lisandra Maria Souza do Nascimento

CARTAS PARA A REDAÇÃO:
Imprensa Nacional – Assessoria de
Comunicação – SIG, Quadra 6, Lote 800,
Brasília - DF, 70610-460
e-mail:
ascom@in.gov.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de
exclusiva e de inteira responsabilidade dos
autores, não exprimindo, necessariamente, o
ponto de vista da Imprensa Nacional, ou da
Casa Civil da Presidência da República.

É permitida a reprodução da revista,
desde que citada a fonte.

IMPrensa NACIONAL – Novos Rumos da
Comunicação Pública ISSN 2526-6039 é
uma publicação produzida pela Assessoria de
Comunicação da Imprensa Nacional.



<http://www.in.gov.br>

Carta ao Leitor

A revista *Imprensa Nacional – Novos Rumos da Comunicação Pública* chega à sua quinta edição, a primeira de 2018, ano de eleições, de Copa do Mundo e de enormes desafios para a nação brasileira.

Na seção *Hiperideias*, nossa reportagem de capa aborda o tema do *Software Público Brasileiro (SPB)*, importante segmento que engloba as soluções na Tecnologia da Informação (TI), aplicáveis aos mais diversos setores. É um mercado que põe em contato desenvolvedores, Governo e usuários e beneficia milhões de pessoas em todo o País.

A Lei nº 12.546, de 2011, que proíbe o fumo em locais coletivos, é o tema da seção *Saiu no DOU*. Desde sua edição, os benefícios da Lei são visíveis em nossa sociedade.

Em *Alma Gráfica*, o leitor poderá entender como é feita a impressão do dinheiro em nosso País pela Casa da Moeda do Brasil, instituição que completa em março 324 anos de história.

A história da Divisão de Editoração de Obras da Imprensa Nacional é lembrada na série *Operação Resgate*, na seção *Clepsidra*. Essa Divisão foi responsável por editar publicações de vários órgãos da Administração Pública Federal e de instituições renomadas, como a Academia Brasileira de Letras (ABL).

Na seção *Gestão*, a reportagem traz informações a respeito das iniciativas de apoio ao micro e pequeno empreendedor realizadas pelo Sebrae.

No artigo *A culpa é da tecnologia?*, o Coordenador-Geral de Administração da Imprensa Nacional, Amarildo Baesso, faz uma reflexão a respeito de como os avanços tecnológicos influenciam as organizações.

Quem nunca navegou pela Internet, buscando um clipe de música ou um vídeo a respeito de uma receita culinária, e se deparou com pessoas “comuns” apresentando suas impressões acerca de vários assuntos? A matéria da seção *Sociedade da Informação* apresenta o fenômeno dos *Youtubers* na comunicação contemporânea.

Na seção *Cultura*, o historiador Jorge Caldeira fala a respeito do seu mais recente livro *A história da riqueza no Brasil*, lançado pela editora Estação Brasil. O autor explica como se valeu de métodos econométricos e antropológicos para rever a história econômica do Brasil Colônia.

Mais do que nunca, as construções sustentáveis são necessárias à vida das grandes cidades. A reportagem da seção *Meio Ambiente* trata dos chamados *Green Building*, as edificações sustentáveis, que visam suprir a necessidade de uso racional da água, de aproveitamento de energia e da correta disposição de resíduos urbanos.

Finalizando esta edição, um conto de Rogério Lyra com a história de um colecionador de discos de vinil, mais uma tecnologia “superada” pelas novas mídias que ainda seduz intrépidos adeptos.

Boa leitura!

Pedro Bertone – Diretor-Geral

IMPRENSA NACIONAL

Novos Rumos da Comunicação Pública
Ano 2 — nº 5 — janeiro/fevereiro — 2018

SEÇÕES

7 - SAIU NO *DOU* - Proibido fumar!

12 - ALMA GRÁFICA - A impressão do dinheiro no Brasil

16 - HIPERIDEIAS - A vantagem de ser público

21 - GESTÃO - Intrépidos empreendedores

28 - SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Mamãe, virei *Youtuber!*

32 - CULTURA - Entrevista com Jorge Caldeira

36 - MEIO AMBIENTE - Construções sustentáveis, o futuro das cidades

41 - CLEPSIDRA - Operação Resgate: a atuação da Imprensa Nacional como editora

46 - CRÔNICA - Vertigens a 33 1/3 RPM

DESTAQUE

24 - ARTIGO - É tudo culpa da Tecnologia?
(Amarildo Baesso)

“O cigarro matou um grande pai, ator e comediante, mas o cigarro roubou de mim, principalmente, o grande amor da minha vida”

Malga Di Paula
Viúva de Chico Anysio,
apoia a causa e não cobrou cachê.

**O CIGARRO
MATA**

SAIBA COMO PARAR DE FUMAR

Acesse: inca.gov.br/diamundialsemtabaco



MINISTÉRIO DA
SAÚDE



SAIU NO *DOU*

PROIBIDO FUMAR!

Pedro Paulo Tavares de Oliveira

Seis anos da lei que ampliou as proibições ao fumo em ambientes coletivos



Entre os países mais populosos do mundo, o Brasil saiu na frente ao adotar uma lei federal ampla relativa a ambientes livres de fumo. Na volumosa legislação brasileira de combate ao tabagismo, a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, e o Decreto nº 8.262/2014 apertaram ainda mais o cerco aos fumantes com a proibição de fumar cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos fumígenos derivados ou não de tabaco em locais de uso coletivo, públicos ou privados, como saguões e corredores de condomínio, restaurantes e clubes, ainda que o ambiente seja parcialmente fechado por uma parede, divisória, teto ou toldo

SAIU NO *DOU* - PROIBIDO FUMAR!



Caveira com cigarro aceso. Pintura de Vincent van Gogh (1886)

Na verdade, a Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, publicada no *Diário Oficial da União* do dia seguinte, altera outras tantas leis, inclusive a de nº 9.294, de 15 de julho de 1996. Esta, sim, de fato, mereceria o epíteto de “lei antifumo”, devido à extensa restrição ao fumo constante em seus dez artigos. Entretanto, a nova redação de seus artigos 2º e 3º consta da Lei nº 12.546, que atualizou a política de combate ao tabagismo e é conhecida como a verdadeira lei antifumo, por ter fechado o cerco ao tabaco em espaços coletivos. Nesse campo, como a palavra final cabe sempre a um decreto, o de nº 8.262, de 31 de maio de 2014, entrou na história porque alterou o de nº 2.018, de 1º de outubro de 1996, que antes havia regulamentado a Lei nº 9.294.

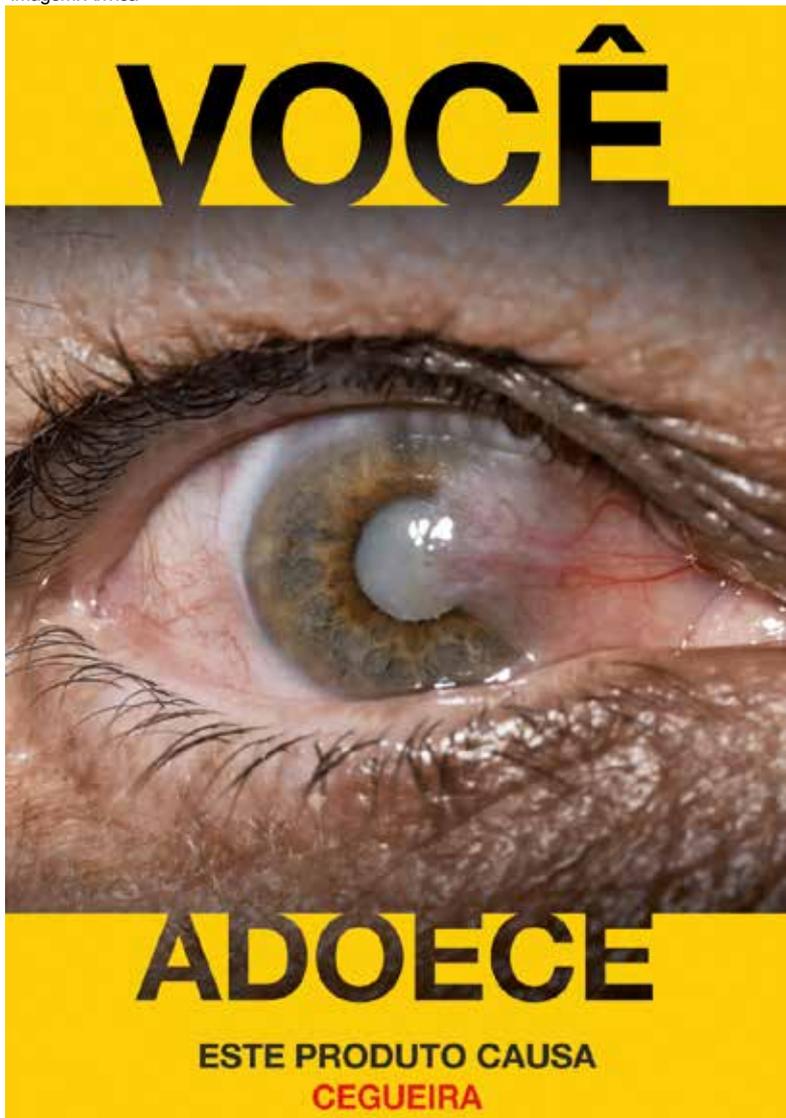
Tudo isso, como desdobramento do § 4º do art. 220 da Constituição Federal de 1988, que abre o capítulo V, da Comunicação Social: “A propaganda comercial de tabaco, bebidas alcoólicas, agrotóxicos, medicamentos e terapias estará sujeita a restrições legais, nos termos do inciso II do parágrafo anterior, e conterà, sempre que necessário, advertência sobre os malefícios decorrentes de seu uso”. Pelo inciso II do § 3º, a Constituição diz que compete à lei federal “estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente”.

Imagem de novo material de advertência para os produtos que contêm tabaco, conforme resolução da Anvisa de janeiro deste ano. Esse tipo de alerta é adotado a partir da Lei 9.294/1996.

Até desanuviar o ambiente, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, o Brasil já demarcava terreno, em 1979, com a histórica Carta de Salvador, revela a Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) à *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública*. A iniciativa partiu das principais sociedades médicas do País, quando propuseram os compromissos que o Estado brasileiro deveria adotar para interromper os nefastos números de prevalência de tabagismo e mortes ocasionados pelo tabaco. A partir daí, o Ministério da Saúde criou as bases para o reconhecido internacionalmente Programa Nacional de Controle do Tabagismo, vinculado ao atual Instituto Nacional do Câncer José Alencar Gomes da Silva (Inca) do Ministério da Saúde.

O passo seguinte seria a criação do Dia Nacional de Combate ao Fumo pela Lei n.º 7.488, de 11 de junho de 1986, fixado em 29 de agosto. A data alerta a população a respeito dos malefícios advindos do fumo, com temas normalmente dirigidos ao público jovem. Desde aquele instante até o reconhecimento como “uma história de sucesso digna de nota”, por causa da redução significativa no número de fumantes nos últimos anos — referência citada em uma pesquisa americana com 195 países entre 1990 e 2015, divulgada ano passado —, o Brasil adotou medidas severas que justificam a distinção.

Imagem: Anvisa



Créditos: INCA/Ministério da Saúde

NÃO FUMAR É UMA CONQUISTA

"EU TENHO FÔLEGO PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS DA VIDA."

#MOSTREATITUDE

Sem o cigarro sua vida ganha mais saúde.

Praticar esportes ajuda você a ficar mais longe do cigarro e ter uma vida saudável. Fumar causa dependência física e uma série de doenças, atrapalha a sua disposição para a prática de atividade física e até o seu desempenho durante os exercícios.

136

INCA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

Cartaz da campanha do Dia Nacional de Combate ao Fumo de 2016

No Estatuto da Criança e do Adolescente, instituído pela Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, já encontramos a proibição de vender, fornecer ou entregar, à criança ou ao adolescente, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, aí incluído o cigarro. A publicidade enganosa e abusiva passa a ser proibida no mesmo ano pelo Código de Proteção e Defesa do Consumidor, advindo com a Lei n.º 8.078, de 11 de setembro.

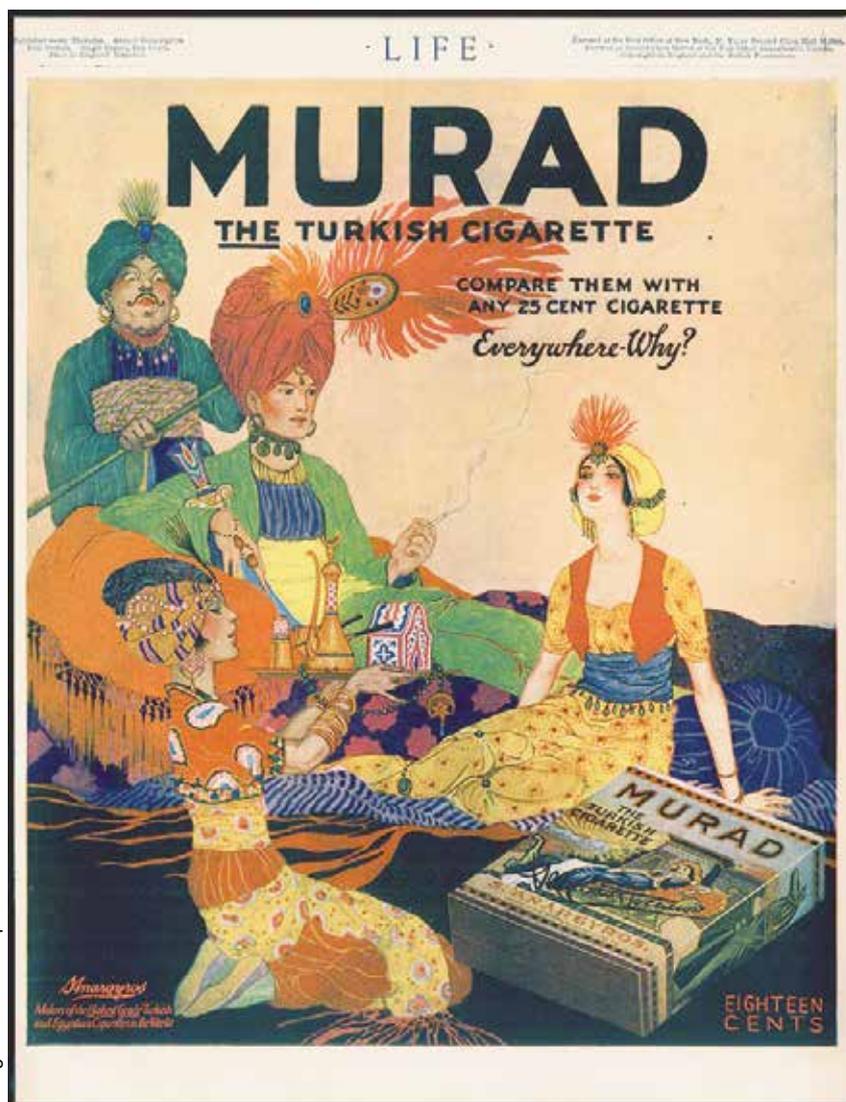
Vieram a seguir as Leis n.º 9.294/1996 e muitas alterações nela por outras leis, em sua maioria impondo a restrição da publicidade de produtos derivados do tabaco. As alterações mais recentes por via de leis estão na 12.546/2011 que concebeu nova redação aos artigos 2º e 3º da 9.294, proibindo fumar cigarrilhas, charutos, cachimbos, narguilés e outros produtos fumígenos derivados ou não de tabaco em locais de uso coletivo, públicos ou privados, como saguões e corredores de condomínio, restaurantes e clubes, ainda que o ambiente seja parcialmente fechado por uma parede, divisória, teto ou toldo. Os dois artigos também suspenderam a propaganda comercial de cigarros em todo território nacional.

Nem mesmo a exposição de cigarros e derivados do tabaco escapou das restrições. A Lei 12.546 ainda permitia a exposição nos locais de vendas, desde que acompanhadas das cláusulas de advertências nela previstas. Mas uma novíssima resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 16 de janeiro deste ano, determina a maior distância possível entre os maços de cigarro e produtos destinados ao consumo do público infanto-juvenil, como balas e chocolates, a vigorar a partir de 25 de maio

de 2020. A resolução veda também qualquer recurso de *marketing* adicional, como cores, sons, iluminação direcionada, entre outros, aos mostruários ou vitrines que expõem as embalagens de cigarro, com validade a partir de 25 de maio de 2019.

Recente matéria da *Agência Brasil* cita pesquisa apresentada pela pesquisadora Cristina Perez, do Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco, divulgada em janeiro deste ano pela revista científica *Tobacco Control*. A pesquisa revela a situação de 77 países onde atualmente as propagandas de cigarro já foram banidas nos pontos de venda: houve redução média de 7% na prevalência do tabagismo entre adultos. Dados de outro estudo apresentado pela pesquisadora: 71% dos jovens expostos a cigarros em supermercados, padarias, ou bancas de jornais se sentem influenciados a consumir o produto.

De acordo com o Inca, a proibição ao uso do tabaco e derivados não se aplica a residências, áreas ao ar livre, parques, praças, em áreas abertas de estádios de futebol e vias públicas. Entre as exceções também estão cultos religiosos, caso isso faça parte do ritual, *sets* de filmagem, locais de pesquisa e fabricação de cigarro, em instituições de tratamento onde o paciente tenha autorização médica e em tabacarias, que devem ser voltadas especificamente para esse fim. Conforme relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS) a implementação da lei de ambientes livres de fumo no país se enquadra num alto nível, sendo o Brasil classificado como país no qual pelo menos 90% da população é abrangida por legislação subnacional de ambientes livres de fumo.



Anúncio de cigarro turco, de 1918, na revista Life

Convenção-Quadro — Portarias isoladas ou conjuntas dos Ministérios da Saúde e do Trabalho e outras tantas resoluções da Anvisa também integram a política regulatória de combate ao tabagismo, totalizada com decretos regulamentadores ou promulgadores. Nesse campo, abre a lista de três o Decreto s/nº de 1º de agosto de 2003, que cria a Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco e de seus Protocolos (CQCT). Na sequência, o Decreto n.º 1.012, de 28 de outubro de 2005, aprovando o texto da CQCT, e o Decreto n.º 5.658, de 2 de janeiro de 2006, que promulga a CQCT, adotada pelos países membros da Organização Mundial de Saúde em 21 de maio de 2003 e assinada pelo Brasil em 16 de junho de 2003.

O reconhecimento de que a expansão do tabagismo é um problema mundial fez com que, em maio de 1999, durante a 52ª Assembleia Mundial da Saúde, os Estados membros das Nações Unidas propusessem a adoção do primeiro tratado internacional de saúde pública da história da humanidade. Trata-se da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, em vigor desde fevereiro de 2005. Esse tratado determina um conjunto de medidas para deter a expansão do consumo de tabaco, ou seja,

sua oferta e demanda. O Brasil participou ativamente de todo o processo de negociação do Tratado, foi o segundo país a assiná-lo e adotou suas medidas dentro da Política Nacional de Controle do Tabaco.

Avaliação — A Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia (SBPT) anota progressos consistentes nas políticas de controle do tabagismo no Brasil, embora aponte a necessidade de outras políticas saírem do papel. Como exemplo, a entidade cita a entrada em vigor da resolução RDC 14/2012 que proíbe sabores e aditivos nos produtos do tabaco, em tramitação há 5 anos no Supremo Tribunal Federal, com nova data de julgamento pautada para 1/2/2018. A SBPT também aponta as políticas que favoreçam a diversificação do cultivo e possibilitem aos agricultores da monocultura do fumo migrarem para a produção de alimentos e frutas, por exemplo. E, ainda, a entrada em vigor do protocolo contra o comércio ilícito do tabaco, aprovado em 7/12/2017 e aguardando sanção presidencial.

Tributação — Números do Inca registram que, em 2015, o tabagismo gerou custos para a assistência médica no Brasil de cerca de 40 bilhões de reais, equivalentes a 8,04% de todo o gasto em saúde. Os custos indiretos atingiram mais de 17 bilhões de reais, devido à produtividade perdida por morte prematura e incapacidade. Os resultados totais apontam uma perda anual de 56 bilhões de reais, equivalente a 0,96% do PIB nacional. Em contrapartida, a arrecadação fiscal total pela venda de produtos de tabaco e derivados alcançou em 2015 o valor aproximado de 13 bilhões de reais, um montante que cobre somente 33% dos custos diretos causados pelo tabagismo ao sistema de saúde e que representa apenas 23% do gasto total atribuível ao tabagismo.

Na avaliação do Inca, a estratégia de aumento da taxação sobre os produtos derivados do tabaco contribui para o aumento da arrecadação de impostos que, todavia, não é suficiente para arcar com os amplos prejuízos causados pelo tabagismo. “Mas pode-se afirmar que o aumento da carga tributária contribui fortemente para uma redução na prevalência de fumantes, sobretudo entre as populações de menor renda e escolaridade, bem como dificulta a iniciação pelos mais jovens. Por conseguinte contribuirá, em médio e longo prazo, para a redução de doenças relacionadas e dos gastos com o tratamento de fumantes”, afirma Alessandra Machado, Tecnologista da Secretaria Executiva da Comissão Nacional para a implementação da Convenção Quadro do Inca.

Dia Mundial sem Tabaco — 31 de maio



Crédito: OMS

Cartaz da Organização Mundial da Saúde para o Dia Mundial sem Tabaco

O objetivo principal é divulgar globalmente os malefícios e riscos causados pelo tabaco, sob a orientação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Anualmente, a OMS elege um tema relacionado ao controle do tabagismo, voltado para um grupo específico, e fornece as bases do material gráfico para subsidiar as comemorações. No Brasil, esta data é comemorada desde 1989, com adesão de todas as Secretarias Estaduais de Saúde, articuladas pelo Inca. O tema de 2017 foi “Tabaco, uma ameaça ao Desenvolvimento”. Segundo a OMS, a epidemia de tabagismo continua sendo a maior ameaça à saúde pública que o mundo já enfrentou. As evidências apontam que os produtos de tabaco são altamente letais, matando dois em cada três de seus consumidores. Afetam, ainda, a saúde de pessoas que não fumam, mas são obrigadas a inalar a fumaça de produtos de tabaco de terceiros que poluem ambientes internos (fumantes passivos). A perda de produtividade e o tratamento de doenças relacionadas altamente incapacitantes e fatais geram impactos socioeconômicos significativos para as nações. No entanto, esses danos não se limitam à esfera do fumante. A cadeia de produção de tabaco também gera danos ambientais, sanitários e sociais para quem produz tabaco, especialmente no meio agrícola, ampliando a dimensão dos danos e prejuízos relacionados. (Fonte: Inca).

Tratamento alternativo

Como alternativa ao tratamento do tabagismo convencional baseado em medicalização, o médico aposentado da Imprensa Nacional, dr. Nilson de Barros Abreu, usa a prática da Terapia Comunitária Integrativa (TCI). A técnica surgiu há cerca de 30 anos na comunidade Quatro Varas da favela de Pirambu, em Fortaleza, numa experiência conduzida pelo psiquiatra cearense Adalberto Barreto, do Departamento de Saúde Comunitária da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará.

Desde então, foram formados 20.000 terapeutas comunitários atuando em todos os estados brasileiros, além de ter se estendido a boa parte da América Latina, África e países europeus, como França, Itália e Suíça. Chamou a atenção da Organização das Nações Unidas, que convidou o dr. Adalberto Barreto para expor seus fundamentos.

Dr. Nilson define a TCI como “uma roda de partilha” em que o indivíduo revela suas inquietações em grupos de tamanho variável. “As estratégias de cada pessoa para fugir do que lhe tira o sono servem de estratégias de enfrentamento para os demais”, explica. Enquanto muitos modelos se concentram na patologia, nas relações individuais, privadas, a TCI foca a saúde comunitária em espaços públicos. Guia-se por regras baseadas na escuta do outro durante as explanações, uso da primeira pessoa do singular (eu) nos relatos, respeito à história do outro no não julgamento e inserção de música, poema ou provérbio para apoiar e acolher o outro em suas exposições e emoções.

Membro da diretoria da Associação Brasileira de Terapia Comunitária Integrativa, dr. Nilson explica que a metodologia aplica-se a outros temas, “porque o indivíduo chega ao tabagismo por não encontrar solução para seu estresse. O cigarro entra como uma mula”. Quando aplicou a TCI na Imprensa Nacional, o médico obteve resultados positivos também noutros vícios, a exemplo de álcool, drogas e dificuldades financeiras decorrentes ou não da dependência e outras inquietações.



Foto: Rogério Lyra

Doutor Nilson de Barros Abreu

A IMPRESSÃO DO DINHEIRO NO BRASIL

Cristóvão de Melo

Em nosso país, o Banco Central do Brasil (Bacen) é o responsável pelo controle da inflação. Além de outras atividades exercidas pelo Bacen, que buscam a segurança financeira do País, o órgão atua para regular a quantidade de moeda na economia, permitindo a estabilidade de preços. Todos os anos, o Bacen demanda à Casa Moeda do Brasil (CMB) a emissão de uma quantidade de meio-circulante (cédulas e moedas) para repor o estoque disponível em circulação em poder da população brasileira.



Família de moedas do Real

Imagem: Casa da Moeda do Brasil

ALMA GRÁFICA- A impressão do dinheiro no Brasil

Foto: Casa da Moeda do Brasil



Complexo Fabril da Casa da Moeda do Brasil no Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro

A Casa da Moeda é um órgão que existe há quase 324 anos. Foi estabelecida em Salvador, por ordem de Dom Pedro II, rei de Portugal, em 1694. As primeiras moedas provinciais foram colocadas em circulação no dia 5 de janeiro de 1695. A primeira impressão de cédulas pela CMB ocorreu em 1854 para o Banco do Brasil. Uma das instituições públicas mais antigas em atividade no Brasil, a CMB, hoje, funciona em Santa Cruz, na Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro. Conta com três unidades industriais que, além de cédulas e moedas, produzem documentos, medalhas e outros produtos gráficos de interesse do Estado brasileiro.

A CMB utiliza tecnologias nas áreas de metalurgia, gráfica e digital, dependendo do produto ou do serviço que oferece, onde são combinadas sofisticadas técnicas artísticas, subs-

tratos (matérias-primas) de última geração e modernos equipamentos especializados. Além disso, trabalha no desenvolvimento de sistemas de rastreabilidade para selos fiscais e para outros produtos.

Para cada cédula ou moeda produzida na CMB, são feitos projetos artísticos das moedas e cédulas, de acordo com temas e orientações repassados pelo cliente. A família de notas do real, por exemplo, não tem nenhuma moeda estrangeira como modelo. Trata-se de um projeto original, totalmente desenvolvido no Brasil.

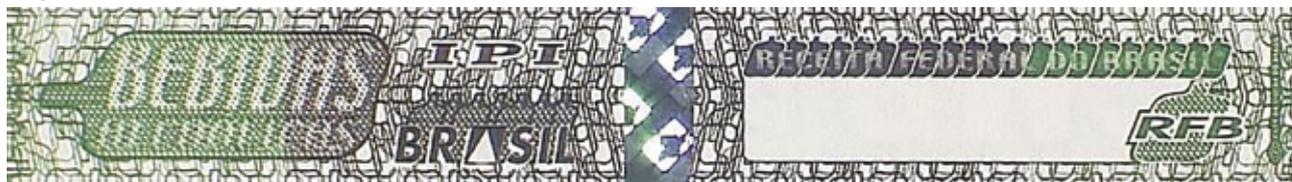
No real, todas as cédulas possuem elementos contidos na impressão (marca d'água, quebra-cabeça, número escondido, faixa holográfica, microimpressões, alto-relevo, fio de segurança e elementos fluorescentes), que são padrões internacionais

e apresentam uma extensa gama de possibilidades e combinações.

A maioria dos elementos é utilizada em todo o mundo, porém cada meio circulante (moedas e notas) tem seu conjunto específico de elementos de segurança, que varia a cada lançamento, com o intuito de dificultar as falsificações. Existem mecanismos de segurança que só são detectados por meio de análise pericial, pois não são visíveis a olho nu, nem perceptíveis sem o pleno conhecimento dos detalhes do projeto.

A CMB, também, atende encomendas de outros países. Considerando somente os mercados atendidos a partir do século XX, a CMB já forneceu produtos e serviços para Angola, Argentina, Bolívia, Congo (ex-Zaire), Costa Rica, Equador, Guiné-Bissau, Haiti, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela.

Imagens: Casa da Moeda do Brasil



Selo fiscal para bebidas industrializadas



Cédula de R\$ 100,00 da Segunda Família do Real

Quem demanda é o Bacen



Foto: Jonas Pereira/Agência Senado

Sede do Banco Central do Brasil, em Brasília

Órgão responsável pela demanda de emissão das cédulas e moedas no País, o Banco Central do Brasil (BACEN), de acordo com a Lei nº 13.416 de 23 de fevereiro de 2017, deve enviar o Programa Anual de Produção para a Casa da Moeda, até 31 de agosto de cada ano. Após isso, são indicadas as projeções de emissão para o exercício do ano seguinte. A quantidade de moedas e cédulas é definida após estudos que seguem a projeção de utilização nas transações econômicas de determinado ano, a necessidade de sua substituição, o desgaste, rabiscos e demais avarias, bem como a carência de reposição dos estoques de segurança. A opinião pública é levada em consideração, por meio de pesquisas, que apontam as formas de utilização das cédulas e moedas.

Mas quanto custa o dinheiro? Bem, a maioria da população assalariada sabe o quanto custa, em tempo e esforço individual, seu dinheiro. Mas e o custo do papel e da moeda impresso e cunhado na CMB? Em 2017, foram produzidas 960 milhões de cédulas e 580 milhões de moedas, ao custo de 319,3 milhões e 306,1 milhões respectivamente.

Depois do advento do Plano Real e a consequente adoção da nova moeda nacional, o fantasma da hiperinflação ficou na (má) lembrança. E quem nasceu depois de 1994 não viveu a aflição de ver seu salário corroído a velocidades supersônicas. Em março de 1989, o patamar chegou a 81% ao mês! Nesse período, havia a necessidade de altas emissões para permitir a quitação das obrigações decorrentes das transações econômicas. Consequentemente, o gasto também era maior nessa época. O custo, aliás, é o motivo pelo qual valores pequenos são fabricados em moeda. Por conta de sua durabilidade, o formato moeda tem relação custo-benefício maior do que uma cédula.



Moeda da Lídia (atual Turquia) do Século VI a.C.

Uma ideia de valor

Desde tempos imemoriais, o ser humano utiliza o dinheiro para facilitar as trocas de comércio. O dinheiro já foi ouro, prata, sal, cobre, pimenta, chá, conchas do mar, álcool, cigarro, pregos, carvão etc. Convertem-se em moeda, cunhada em metal precioso. As primeiras de que se tem notícia foram produzidas 700 anos antes de Cristo, na Lídia (atual Turquia). As primeiras cédulas de dinheiro circularam no mundo somente 17 séculos depois do surgimento das moedas, na China, por volta do ano 1.000 de nossa era, durante a Dinastia Song.

De lá para cá, o dinheiro consolidou-se como modelo econômico, em torno do qual, organizam-se os Estados nacionais. Não existe país moderno que não tenha um padrão monetário, cuja emissão seja monopolizada por uma autoridade pública que possua mandato para proteger a confiabilidade dessa moeda.

Cédula do Índio



Cédula do Índio: primeira cédula desenvolvida integralmente pela Casa da Moeda do Brasil em 1961

As primeiras cédulas impressas na CMB foram cunhadas em 1854 para o Banco do Brasil. Desde o primeiro projeto totalmente elaborado e confeccionado pela CMB (a cédula de 5 cruzeiros, em 1961), ocorreram evoluções em praticamente todos os aspectos.

Selo Olho de Boi



Selo Olho de Boi

Impresso em 1843 pela Casa da Moeda, o selo postal "Olho de Boi", o primeiro das Américas e o terceiro do mundo, conferiu ao Brasil posição de destaque na história das artes gráficas e da filatelia mundial.

Os desafios da Casa da Moeda



César Augusto Barbiero, Diretor de Inovação e Mercado da Casa da Moeda do Brasil

A indústria gráfica como um todo tem sofrido o impacto com a virtualização e a digitalização de documentos impressos em geral. No entanto, no caso das casas de moeda, relatórios recentes indicam um crescimento bastante razoável do papel-moeda impresso e da cunhagem de moedas metálicas. Em se tratando da Casa da Moeda do Brasil, após a virada do século XXI, estamos nos reafirmando como expoentes da indústria gráfica de segurança, com o lançamento do passaporte com chip e a transformação da CMB em uma certificadora digital de 1º Nível e Autoridade de Registro, chancelada pelo ICP-Brasil.

Nosso portfólio de produtos é bastante diversificado: cédulas, moedas metálicas, passaporte, selos fiscais, selos postais, cartões de identificação, distintivos, comendas, medalhas e demais impressos de segurança. Falando especificamente de cédulas e moedas metálicas, existem basicamente quatro etapas básicas para a produção de meio circulante. Na primeira, são definidas a temática e os principais elementos de segurança a serem incluídos no projeto artístico, a partir dos quais são elaboradas propostas até a sua aprovação final pelo cliente. Na etapa seguinte, desenvolve-se o projeto fabril, com todos os passos necessários para o início da impressão de cédulas ou da cunhagem de moedas metálicas.

O projeto artístico é transferido para cada um dos matrizeiros. Os insumos são adquiridos e submetidos à inspeção de qualidade, e são feitos os últimos testes e ajustes dos equipamentos para o início efetivo da produção. A terceira etapa é composta pelas sucessivas impressões e cunhagem que cada projeto requer, até a obtenção da estampa completa, sendo cada uma dessas fases submetidas a um rígido controle de qualidade. Por último, as cédulas são numeradas, individualizadas, organizadas sequencialmente e embaladas de acordo com as exigências contratuais feitas pelo cliente. Durante essa etapa, alguns projetos incluem o envernizamento (flexografia) das cédulas. As moedas metálicas, também, são embaladas de acordo com as exigências contratuais feitas pelo cliente.

A CMB, também, atende clientes privados. Há um grande potencial no mercado de documentos de segurança e produtos digitais e temos alguns contratos nesses segmentos. No entanto, por ser uma empresa pública, a CMB tem a sua capacidade de produção

voltada, prioritariamente, para o atendimento às demandas do Estado brasileiro.

Com relação às demandas, é importante ressaltar que, apesar do aumento das novas formas de utilização dos ativos financeiros – cartões de crédito e débito, operações *on line*, e até mesmo as criptomoedas –, toda essa evolução ocorrida no meio circulante nos últimos 323 anos foi acompanhada de perto pela CMB. E em cada um desses períodos, as melhores tecnologias foram adotadas pela CMB. E, como os ciclos de evolução hoje são cada vez mais rápidos, continuamos acompanhando as mudanças e incorporando as mais modernas. Ou seja, a CMB tem ampliado seu escopo de atuação bem além da produção do meio circulante nacional e tem evoluído em tecnologia e no desenvolvimento de soluções de segurança, especialmente na área de rastreabilidade e controle de serviços e produtos, tanto públicos quanto privados.

A respeito das novas tecnologias, cabe ressaltar que, apesar do surgimento dos meios eletrônicos de pagamento, das moedas digitais e das criptomoedas, a quantidade de meio circulante em papel e em metal ainda é muito significativa e, pelo contrário do que se pensa, não tem diminuído. Essa tendência deve perdurar por algumas décadas, até mesmo por questões de contingência em caso de “apagão virtual”. Segundo dados da Pacific Rim, conferência internacional que reúne representantes de casas de moeda de 15 países, a média anual de crescimento do meio circulante nos últimos dois anos foi de 7%. A média global foi de 9%, segundo dados enviados ao FMI por 128 países. Essa taxa de crescimento de longo prazo do meio circulante pode ser explicada pelo crescimento populacional, da inflação e pelo crescimento econômico. Portanto, conforme dados oficiais dos bancos centrais e projeções do mercado, a demanda por dinheiro físico deve crescer anualmente ao longo da próxima década e permanecer relevante pelo futuro previsível. Também merece destaque a constatação de que quase metade da população brasileira ainda não tem conta em banco, o que limita o acesso a meios de pagamentos eletrônicos e faz com que o dinheiro físico seja imprescindível e essencial para quase 100 milhões de brasileiros.

Um fato que gerou dúvida na mídia e merece esclarecimento é o que diz a Lei nº 13.416/2017, que autoriza o BACEN a comprar cédulas e moedas de fornecedores no exterior. Com relação a essa lei, nada muda em relação à exclusividade da CMB em imprimir cédulas e cunhar moedas em território nacional. Tal lei trata da possibilidade do BACEN contratar fornecedores no exterior, eventualmente, quando a demanda for maior que a capacidade produtiva da CMB, em casos excepcionais. Vale registrar que, para se tornar cada vez mais eficiente e competitiva, a CMB vem passando por um processo de reestruturação interna. Nos dois últimos anos, cumpriu o Plano Anual de Produção (PAP), dentro dos prazos contratuais, além de fornecer produção excedente ao Banco Central mediante contratações complementares.

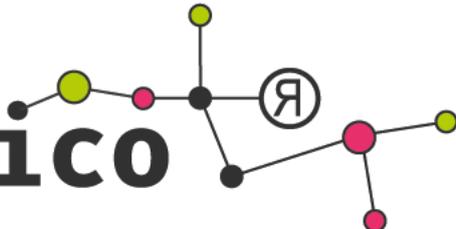
Conforme solicitado pelo BACEN, a CMB produziu uma tiragem especial da cédula comemorativa de dez reais, feita em base polímera, em comemoração aos 500 anos do Descobrimento do Brasil. A substância polímero, matéria-prima usada na fabricação específica dessa nota, foi importada da Austrália.

hiperideias

A vantagem de ser público

Como o Software Público Brasileiro (SPB) pode ajudar o setor público a economizar e ampliar a inclusão digital

Rogério Lyra

software público 

Logomarca do Software Público Brasileiro
Créditos: Ministério do Planejamento,
Desenvolvimento e Gestão

HIPERIDEIAS - A vantagem de ser público

Tricampeão Mundial da Seleção Brasileira na Copa de 1970, o meia-armador Gérson de Oliveira Nunes ficou eternizado, não só por suas proezas junto a Pelé, Jairzinho, Tostão, Rivelino e os demais craques do escrete Canarinho, mas (injustamente) também por uma “lei”, a famigerada “Lei de Gérson”. A dita “lei”, determina que levar vantagem sobre os outros, sem se importar com questões éticas ou morais, é uma regra a ser seguida. A confusão começou por causa de um comercial veiculado na televisão em 1976, cuja mensagem foi mal entendida e distorcida. Nela, Gérson discorria a respeito das (discutíveis) “qualidades” dos cigarros Vila Rica: “Por que pagar mais caro se o Vila me dá tudo aquilo que eu quero de um bom cigarro? Gosto de levar vantagem em tudo, certo? Leve vantagem, você também...”. Como se pode ver, a mensagem não fazia nenhuma apologia à falta de escrúpulos, ou egoísmo, mas, sim, à velha regra de ouro: pagar menos, sem, contudo deixar de adquirir algo de qualidade. Essa é a filosofia que norteia o mundo da Tecnologia da Informação (TI) e que impulsiona a concorrência. Nos *softwares* livres, então, a regra é não pagar nada. Quem leva vantagem com isso? Os usuários em geral, os desenvolvedores, empresas de suporte e as administrações públicas. Ninguém perde, todos ganham. Essa é a essência do *Software Público Brasileiro* (SPB).

A vantagem de se adotar um *software* gratuito está exatamente em se obter a possibilidade de ter acesso a produtos com alta tecnologia agregada, similares aos comercializados, sem depender recursos financeiros para o licenciamento. Obviamente, a vantagem aumenta quando esses *softwares* têm a chancela de um órgão ou governo, que certifique, por meio de parâmetros, que esses produtos possuem os requisitos necessários para atender aos usuários, sem prejuízo de suas funcionalidades. Esse é o caso do SPB. Criado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP), o Portal do *Software Público Brasileiro* disponibiliza mais de 70 *softwares* livres, de instalação gratuita para os usuários. Há opções para uma gama variada de atividades; nas áreas de educação, gerenciamento de redes, serviços etc. Para constar no catálogo do SPB, é necessário o cumprimento das regras e dos parâmetros estabelecidos na Portaria nº 46, de 28 de setembro de 2016,

emitida pela Secretaria de Tecnologia da Informação (STI/MP). “O desenvolvedor, além de cumprir as normas, tem que disponibilizar um manual, para que o usuário tenha todas as informações necessárias para o bom aproveitamento do *software*”, explica Everson Lopes – assessor da STI.



Everson Lopes, assessor da STI

Se para os usuários, seja pessoa física, órgãos de governo, nas esferas federal, estadual ou municipal, bem como empresas privadas, é vantajoso adotar o SPB, também é para os desenvolvedores, que obtêm uma vitrine para os seus produtos, criando uma demanda para novas funcionalidades e aplicativos, além de mercado para as empresas de suporte. Para o governo, a vantagem é estimular a indústria nacional de *softwares*, a economia de recursos e permitir a universalização de acesso desses produtos ao público em geral. A adoção do SPB permite ao governo uma maior autonomia na gestão pública: “A dependência das soluções privadas, às vezes é um risco, principalmente se esta ainda não estiver consolidada, por uma questão de continuidade. Então, adotar o SPB é uma forma de mitigar esse risco”, enfatiza Jean Paulo Castro e Silva, Diretor do Departamento do Governo Digital (DEGDI) da STI/MP.



Jean Paulo Castro e Silva, Diretor do Departamento do Governo Digital da STI/MP

Para reduzir ainda mais o risco de dependência tecnológica e diminuir os custos, foi editada uma Instrução Normativa (IN), que regula as contratações públicas na área de TI. “Dentro desta visão, uma das regras da IN-04 estabelece que, no processo de análise técnica, se procure identificar a existência de soluções dentro do SPB que atendam à demanda”, destaca Jean. A política do SPB é simplificar e facilitar ao máximo o acesso dos usuários às soluções oferecidas. Aliás, nada aborrece mais os usuários dos *softwares* livres do que o excesso de burocracia. Por isso, no portal <https://softwarepublico.gov.br/social/>, não há nem mesmo a necessidade de preenchimento de cadastro, o que toma tempo dos internautas.

Na cultura do *software* livre, é comum a troca de informações e a ajuda na resolução de problemas de forma colaborativa e sem custo. No portal do SPB, por exemplo, as comunidades se comunicam por meio de listas de discussão. Basta procurar o grupo relativo ao *software* escolhido e inscrever-se. Nas listas, os usuários do SPB, também, ficam a par das atualizações e de empresas que prestam suporte técnico, caso necessitem da contratação desse tipo de serviço. Outra vantagem do SPB é o acesso ao código fonte, o que permite a liberdade de customizações (adaptações, personalização de funcionalidades adequadas às necessidades do usuário) e troca de informações entre os desenvolvedores. As opções de *software* cobrem a maioria das principais necessidades no setor público, Organizações Não Governamentais (ONGs) e um sem-número de empreendimentos, que necessitem de soluções de TI nas áreas de administração, comunicação, indústria, segurança, saúde, educação, infraestrutura e fomento, planejamento e gestão, e muito mais.

Os SPBs têm ajudado a melhorar a administração de vários serviços em estados e municípios, por todo o Brasil. Nas escolas da Rede Pública de diversos municípios brasileiros, o I-Educar, por exemplo, um *software* de gestão escolar, ajuda os profissionais de educação a economizar tempo e dinheiro no gerenciamento de relatórios, fichas cadastrais, diários escolares e demais documentos relativos à atividade. “No começo, houve resistência de alguns professores ao *software*. Então, demos um tempo para a adaptação. Mas agora todos concordam o quanto facilitou o traba-

HIPERIDEIAS - A vantagem de ser público

lho deles”, diz Fabian Garzon Jaqueira, Diretor do Centro Educacional do Lago Sul em Brasília – DF (CED do Lago). Além de facilitar os trabalhos dos professores e profissionais da Rede Educacional, o I-Educar é uma importante ferramenta de acompanhamento do histórico dos alunos. “O importante é que os registros do aluno ficam no sistema. Então, se eles forem transferidos para outras unidades da rede, todo o histórico é preservado. Isso facilita o trabalho dos profissionais da outra escola”, explica Carolina Vasconcelos Saraiva, Chefe de Secretaria do CED do Lago.

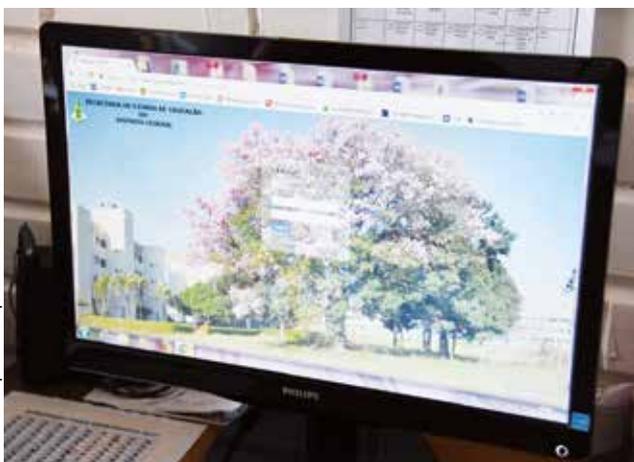
Foto: Ezequiel Marques Boaventura



Fabian Jaqueira e Carolina Saraiva, Diretor e Chefe da Secretaria do CED

Constar no portal do SPB também é vantajoso para as empresas e desenvolvedores. A visibilidade dos produtos expostos pela plataforma possibilita a ampliação de seus portfólios de serviços aos usuários, como customizações, consultorias e suporte técnico. Os *softwares* mais baixados, além de proporcionar economia e acesso aos usuários, promovem o desenvolvimento do setor de TI na indústria nacional. Na essência do SPB, reside a ideia da criação de um Ecossistema Digital, em que vários atores se inter-relacionam de forma colaborativa, cada qual em sua própria dinâmica, de forma a gerar ganhos mútuos. Nesse “ecossistema” estão inseridos os prestadores de serviço (pessoa física ou jurídica), as comunidades dos desenvolvedores, as empresas, as organizações públicas, privadas, ou ONGs. As vantagens de fazer parte desse ambiente são o motivo do sucesso do SPB e a razão pela qual levar vantagem não é imoral, quando todos saem ganhando (como na metodologia de administração do Professor William Ury – *Harvard University* - EUA). Uma verdadeira relação Ganha-Ganha, o SPB vem conquistando a cada dia mais relevância no ambiente corporativo e a confiança do cidadão, que contam com soluções para o gerenciamento das organizações.

Foto: Ezequiel Marques Boaventura



Software público I-Educar sendo utilizado pela Secretaria de Educação do DF

Os campeões de download

Entre os 71 *softwares* disponíveis para utilização no site do Software Público Brasileiro, os quatro mais baixados são:

Cacic: Configurador Automático e Coletor de Informações Computacionais



Esse *software* é responsável por manter todos os computadores de uma instituição com a vida útil estável. Ele faz toda a limpeza nos computadores e é capaz de mostrar os dados existentes em cada computador.

Citsmart ITSM Community: ferramenta Web de Gerenciamento de Serviços de TI baseada nas melhores práticas da Biblioteca ITIL



Software responsável por ajudar o órgão a gerenciar as atividades internas. Ele fornece todo o suporte necessário ao usuário, podendo abrir processos de Biblioteca de Infraestrutura em Tecnologia da Informação (ITIL), entre diversas funcionalidades.

e-Cidade: destina-se a informatizar a gestão dos municípios brasileiros de forma integrada



Feito especialmente para uso governamental. É capaz de controlar todas as ações administrativas, saber como estão as finanças e o patrimônio. Gere, de forma conjunta, a Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, e outros.

i-Educar: modernize o processo de gestão escolar com o i-Educar



Sistema feito para melhorar o sistema de educação. Facilita o lançamento de notas e a presença dos alunos. É muito utilizado por ser *on-line*, podendo ser acessado de qualquer lugar. A escola pública o utiliza, mas instituições particulares também optam por esse *software* por ser mais prático.

Como o computador pessoal se popularizou

Ao contrário de ser uma exceção, a gratuidade das soluções em TI, aplicativos, sistemas e demais *gadgets* é regra, uma estratégia para conquistar mercados. É assim com as principais plataformas que estamos acostumados a utilizar de forma quase simbiótica, como Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, além dos *e-mails* de provedores gratuitos, hospedagem em nuvens e os próprios *sites* de busca. Em um universo de possibilidades, como a *Web*, convencer os internautas, bombardeados por milhares de ofertas, a adotar uma solução dentre tantas não é nada fácil. Por isso, os desenvolvedores que disponibilizam seus produtos em amostras grátis, seja temporariamente ou de forma permanente, têm mais oportunidade de sucesso. Para os usuários, claro, a possibilidade de ter acesso a soluções de alta tecnologia, a baixo custo, ou melhor, a custo zero, sem dúvidas é convidativa. É desse jeito que os usuários são fisgados. E, a partir daí, movimentam todo um mercado de serviços, atualizações e de *marketing* envolvidos no ambiente *web*.

Para se ter ideia, a gigante Microsoft conquistou hegemonia com o seu consagrado Windows, a partir de uma estratégia nada ortodoxa de mercado. Em 1979, a IBM procurava um sistema operacional que equipasse seus Personal Computer (PC). Bill Gates e Paul Allen ofereceram-se para desenvolver uma solução. Porém, não possuíam um produto que se adequasse ao projeto. A solução que encontraram foi adaptar o sistema desenvolvido por uma pequena firma às necessidades da IBM. Por 50 mil dólares (uma bagatela, dado o tamanho do comprador e do mercado potencial), a IBM adquiriu o direito de utilizar o PC DOS,



Discos de 5 ¼ polegadas de instalação do MS DOS

programa da Seattle Computer Products (depois comprado pela Microsoft), em todos os seus computadores pessoais. A Microsoft, no entanto, não deu exclusividade à IBM, podendo outras fabricantes utilizar o seu sistema operacional. Os PCs IBM foram um sucesso, assim como os de seus concorrentes, e a Microsoft ascendeu como uma promessa do Vale do Silício. Ao lançar o sistema operacional Windows, acusado por Steve Jobs (dono da Apple Computer) de ser uma cópia dos seus microcomputadores Macintosh, a Microsoft conquistou definitivamente o mercado de PCs. Logo, todos queriam ter o sistema Windows em seus PCs, mais barato que os Macintoshes. Outra vantagem do Windows era a facilidade dos desenvolvedores em criar aplicativos, diferente da política da Apple de plataforma fechada. Além disso, as cópias não autorizadas espalharam-se, o que acabou tornando o sistema hegemônico e transformou a Microsoft em uma potência de mercado.

Software Público Brasileiro recebe prêmio internacional

Em abril de 2017, o programa do SPB foi premiado no Peru, durante a 5ª Oficina de Mecanismo Regional de *Software* Público. O evento, organizado pela Rede de Governo Eletrônico da América Latina e Caribe (Red Gealc) contou com a participação, além do Brasil, da Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, El Salvador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, República Dominicana, Uruguai e Venezuela.

InVesalius, um SPB de sucesso mundial



Créditos: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer CTI/MCTIC

Pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP) analisam imagens de cérebro no InVesalius. Da esquerda para direita: Físico médico Renan Hiroshi Matsuda e Ms. Victor Hugo de Oliveira e Souza.

InVesalius é um *software* público para a área médica, desenvolvido pelo Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer CTI/MCTIC desde 2000. O InVesalius gera modelos virtuais fidedignos e em três dimensões (3D) de estruturas anatômicas de interesse ou anomalias, como tumores, a partir de exames de imagens de equipamentos de tomografia computadorizada, microtomografia e ressonância magnética.

O InVesalius permite importar imagens desses equipamentos, possibilita a visualização multiplanar, medições 2D e 3D, segmentação de estruturas de interesse e geração de arquivos para a impressão 3D. A partir de uma visão inovadora, o InVesalius foi o primeiro *software* de acesso livre no mundo que possibilitou integrar equipamentos de imagens médicas com impressoras 3D. Isso permite o planejamento de cirurgias de alta complexidade com menores custos e maiores retornos para o paciente e sistemas de saúde.

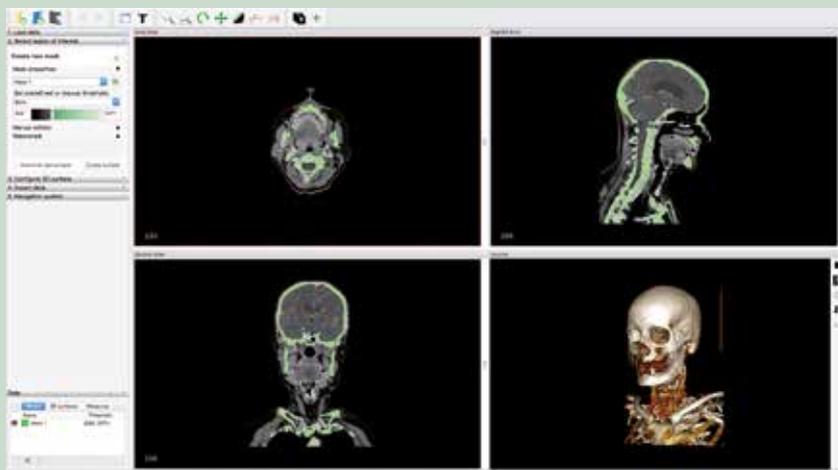


Imagem: Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer CTI/MCTIC

Tela do *software* InVesalius com imagem de tomografia computadorizada

Atualmente o InVesalius pode ser executado em Windows, Linux e Mac OS. Está traduzido para 16 idiomas, e contabiliza quase 25.000 instalações distribuídas em 143 países, até a presente data (01/2018). Além da medicina, várias outras áreas se beneficiam do InVesalius como a odontologia, veterinária, paleontologia, arqueologia e engenharias.

GESTÃO

Intrépidos empreendedores

Nem mesmo a crise arrefece o ímpeto de
empreender no Brasil

Ezequiel Marques Boaventura



Foto: Rogério Lyra

Novos empreendedores recebem treinamento de forma participativa no Sebrae – DF.
Cada um transmite suas experiências e o que aprendeu durante o curso

Diante da realidade do desemprego que assola os grandes centros urbanos (mais de 12 milhões de desempregados, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE), mesmo com a recessão e as incertezas da economia, milhares de cidadãos brasileiros procuram, todos os anos, uma fonte própria de ganhar dinheiro, seguindo uma nova trajetória profissional, desta vez como donos dos próprios negócios e abrindo suas próprias empresas. Empreender (do latim *imprendere*) significa deliberar-se a praticar, propor-se, tentar pôr em execução. Enfim, enfrentar os desafios e assumir os riscos que a condição de empreendedor exige.

A máxima, repetida no universo das micro e pequenas empresas, é a de que o empreendedorismo não se aprende em sala de aula, mas, sim, atrás do balcão de vendas, em reuniões com fornecedores, ou atravessando noites em claro para fechar o caixa, calculando se o faturamento cobre as despesas do dia a dia, etc. Tudo isso são variáveis e perguntas que rondam a vida de quem, apesar de todo esse cenário assustador, quer se tornar um empreendedor.

Apesar das turbulências cíclicas de nossa economia, o Brasil oferece uma base de conhecimento aos corajosos dispostos a enfrentar e vencer as dificuldades que se apresentam. As opções são, desde cursos oferecidos pelas faculdades e MBAs, nas modalidades presencial ou a distância (EAD). Outra alternativa é procurar orientação e o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Com 45 anos de existência, a instituição oferece aos pequenos empreendedores o acesso a metodologias de aperfeiçoamento contínuo.

GESTÃO - Intrépidos empreendedores

Fotos: Rogério Lyra



Teresa Mello é professora de inglês e pretende montar um curso próprio, com nome já definido: *Mellow Tone English*

Apesar da força de vontade de quem decide abrir seu próprio negócio, no Brasil as dificuldades são muitas. As barreiras existem não só para a abertura da empresa, como para sua administração, a expansão e até para o fechamento. “A burocracia é extremamente ampla e complexa. A tributação muito elevada e a insegurança jurídica, especialmente na área trabalhista, representa um custo alto. A falta de acesso ao crédito para as micro e pequenas empresas é um grande obstáculo”, ressalta Afif Domingos, presidente do Sebrae Nacional. São tantos os empecilhos ao progresso do empreendedorismo que, de cada 10 empresas abertas no Brasil, sete sobrevivem aos dois primeiros anos de vida, considerados os mais difíceis para o empreendedor segurar seu negócio.

Mesmo diante de todas essas dificuldades, o intrépido empreendedor brasileiro não dá o braço a torcer e segue em frente acreditando. De acordo com os últimos dados fornecidos pelo Sebrae nacional, em 10 anos, os valores absolutos da produção gerada pelas micro e pequenas empresas quadruplicou, saltando de R\$ 144 bilhões em 2001 para R\$ 599 bilhões em 2011 (últimos dados apurados pelo Sebrae). As micro e pequenas empresas são as principais geradoras de riquezas no comércio, elas respondem por 53,4% do PIB desse setor. Na indústria, o pequeno negócio re-

presenta 22,5% e no setor de serviços equivale a 36,3%. “Atualmente, existem, no Brasil, 12,5 milhões de micro e pequenas empresas, responsáveis pela produção de bens e serviços correspondentes a 27% do PIB brasileiro”, diz Afif.



Auristela Cunha, desde junho do ano passado, tem uma microempresa de assessoria na área de saúde. Para ela, quem quer entrar no mercado precisa se preparar, com muita informação e técnicas para enfrentar as adversidades

Para o presidente do Sebrae, a Reforma Trabalhista, aprovada recentemente pelo Congresso Nacional, não seria uma ‘reforma’, mas apenas uma adequação de algumas de suas regras às novas realidades da economia, que sofreu mudanças profundas nas últimas décadas, seja em função da abertura comercial, das novas tecnologias, dos novos métodos de comercialização e do tipo de trabalho exercido atualmente. “Para as micro e pequenas empresas, as medidas aprovadas são positivas, pois, quanto mais flexíveis as regras, melhores são as condições para seu crescimento e desenvolvimento” e completa dizendo: “A cada dia, surgem novas modalidades de empreendimentos de pequeno porte ocupando espaços antes privativos de grandes empresas”.

Para Afif, a força do Sebrae está na conexão com os estados, com a economia real, a produzida pelas micro e pequenas empresas. “Veja

a questão do emprego, por exemplo. Ao longo do ano passado, com exceção do mês de março, nosso segmento apresentou número de contratação superior ao de demissões. Enquanto as empresas de micro e pequeno porte acumulam saldo positivo de 463 mil novos empregos, as médias e grandes fecharam ao todo 178,8 mil postos de trabalho”, ressaltou. Com 45 anos de atuação, completados no ano passado, o Sebrae tem mais de 700 postos de atendimento no Brasil, onde se presta consultoria, orientação e assessoria para tocar os empreendimentos de pequeno porte. Sem falar no atendimento via Internet e pelo telefone 08005700800. “Conseguimos avanços importantes, como a aprovação do refinanciamento para as dívidas fiscais das pequenas empresas, o programa Crescer sem medo, o Favela Mais, e a conquista que está para sair do papel, que é a Empresa Simples de Crédito, o ESC, onde qualquer pessoa poderá ter acesso a empréstimos a juros mais baixos, incentivando a economia local”.

Apesar de ainda ser um ambiente árido para os empreendedores, o Brasil é um país que se destaca no mundo. “Nossa Taxa de Empreendedorismo Inicial (referente a pessoas envolvidas na criação de um negócio ou com empresa de até três anos e meio de idade), de 21%, supera a de outros países que compõem o BRICS: China (12,8%), Índia (10,8%), África do Sul (9,2%). Também superamos países desenvolvidos, a exemplo dos Estados Unidos (11,9%) e da Alemanha (4,7%). Isso é o que diz a edição mais recente da *Global Entrepreneurship Monitor* de 2015”.

Por conta da crise, muita gente optou pelo empreendedorismo como forma de se realocar no mercado de trabalho. “As pessoas perderam o emprego e tinham que inventar algo para sobreviver, então montaram salão de beleza, mercearias, oficinas...”, diz Afif. Em uma economia dinâmica, existem diversas possibilidades para quem quer crescer. É na potencialidade econômica que, mesmo em crise, o País se reinventa. O Sebrae aposta, orientando, dando consultorias e assessorando quem já tem ou quer montar seu próprio negócio. “Os interessados em tornarem-se empreendedores, podem aderir

GESTÃO - Intrépidos empreendedores

a algumas categorias profissionais como Profissional Autônomo, Profissional Liberal, Microempreendedor Individual (MEI) ou microempresa (ME)", explica Afif.

A importância de estar dentro da lei não se resume a pagar impostos, mas, também, a obter benefícios, como a aposentadoria. Estar regularizado significa não correr riscos de ser multado ou ter seu material apreendido. "O regime tributário do Simples Nacional foi uma grande conquista que alcançamos para o microempreendedor. Além de juntarmos vários impostos numa única guia, quem adere ao Simples paga menos que quem está fora do programa fiscal", enfatiza Afif. Os setores de comércio e serviços são os que mais se destacam, bem como o da construção civil. O comércio eletrônico, desenvolvedores de aplicativos para celulares e *tablets* e computadores também são outros segmentos em plena expansão.

A crise econômica causou um forte impacto nos pequenos empreendedores. Dificultou o acesso ao crédito. Por isso, alguns projetos foram necessários para amenizar o abalo nesse segmento. "Conseguimos aprovar o projeto Crescer sem medo, que tem ação imediata no parcelamento das dívidas tributárias e fizemos o Mutirão da Renegociação para orientar o empresário a sanar seus débitos. Agora, no final de 2017, como já disse, conseguimos que a Câmara e o Senado aprovassem um Refis para os pequenos negócios", lembrou Afif. Pesquisa da Fundação Perseu Abramo, realizada no ano passado, aponta o perfil do brasileiro como um liberal, cujo lema é "faça você mesmo". O individualismo a competitividade e a eficiência são valores buscados pelo cidadão, sem abrir mão da solidariedade e da coletividade. "Esse resultado demonstra a existência de uma população que reconhece a importância da coletividade, mas almeja crescer indi-

vidualmente. A mistura entre valores do liberalismo, do individualismo, da ascensão pelo trabalho e do sucesso pelo mérito, com valores mais solidários e coletivistas relacionados à atuação do Estado, à universalização de direitos, à ampliação da inclusão social", esclarece Afif.

Em épocas de crise, mais do que nunca o apoio do Estado, com políticas públicas que ajudem a mitigar seus efeitos, se faz necessário. Mais do que isso, a participação ativa de cada um, procurando individualmente ajudar o País a sair da crise, também é importante. "Acho que além de acreditar na sua própria capacidade de sobreviver e montar o seu negócio, não podemos deixar de acompanhar o que acontece no País, porque o destino de quem não gosta de política é ser governado por quem gosta. E precisamos redescobrir a política, que tem seu lado bom, de representatividade efetiva, de proposições que ajudarão a população", conclui Afif.

Acordo entre BNDES e Sebrae pode ofertar crédito de R\$ 6 bi para empresas

Por Letycia Bond - Agência Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), pode ofertar até R\$ 6 bilhões para micro e pequenos empreendedores. As concessões deverão atingir 280 mil negócios enquadrados nessa modalidade, ao longo de dois anos.

Anunciada no dia 17 de janeiro deste ano, a iniciativa foi concebida, de acordo com as duas instituições, para superar dois problemas que os microempresários enfrentam na tentativa de obter financiamento: os elevados juros cobrados e o excesso de burocracia.

Uma pesquisa de 2016 do Sebrae indicou que, para quase a metade deles (47%), a redução da taxa de juros cobrada seria a melhor solução. Por sua vez, uma maior maleabilidade na lista de garantias exigidas para que o financiamento seja aprovado foi citada por 27% dos entrevistados.

Em uma nova edição da pesquisa, realizada em 2017, os índices passaram para 53% e 24%, respectivamente. Na maioria das vezes, as saídas encontradas são negociar prazos de pagamento com fornecedores e recorrer a cheques pré-datados ou especiais e ao cartão de crédito empresarial. "Os bancos se tornaram grandes demais para atender aos pequenos empresários", afirmou o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.



Foto: José Cruz/Agência Brasil

O diretor de Áreas de Operações do BNDES, Ricardo Ramos e o presidente do SEBRAE, Afif Domingos

Plano de trabalho

A ideia é que os empreendedores contem com o auxílio das chamadas *fintechs*, companhias que utilizam recursos tecnológicos para atingir melhores índices financeiros e que, no plano das firmas de pequeno porte, poderão colaborar com a diminuição de riscos operacionais. Como preparação adicional, haverá ainda outros três eixos, que abrangem capacitação e orientação, sistemas garantidores de crédito e relacionamento institucional.

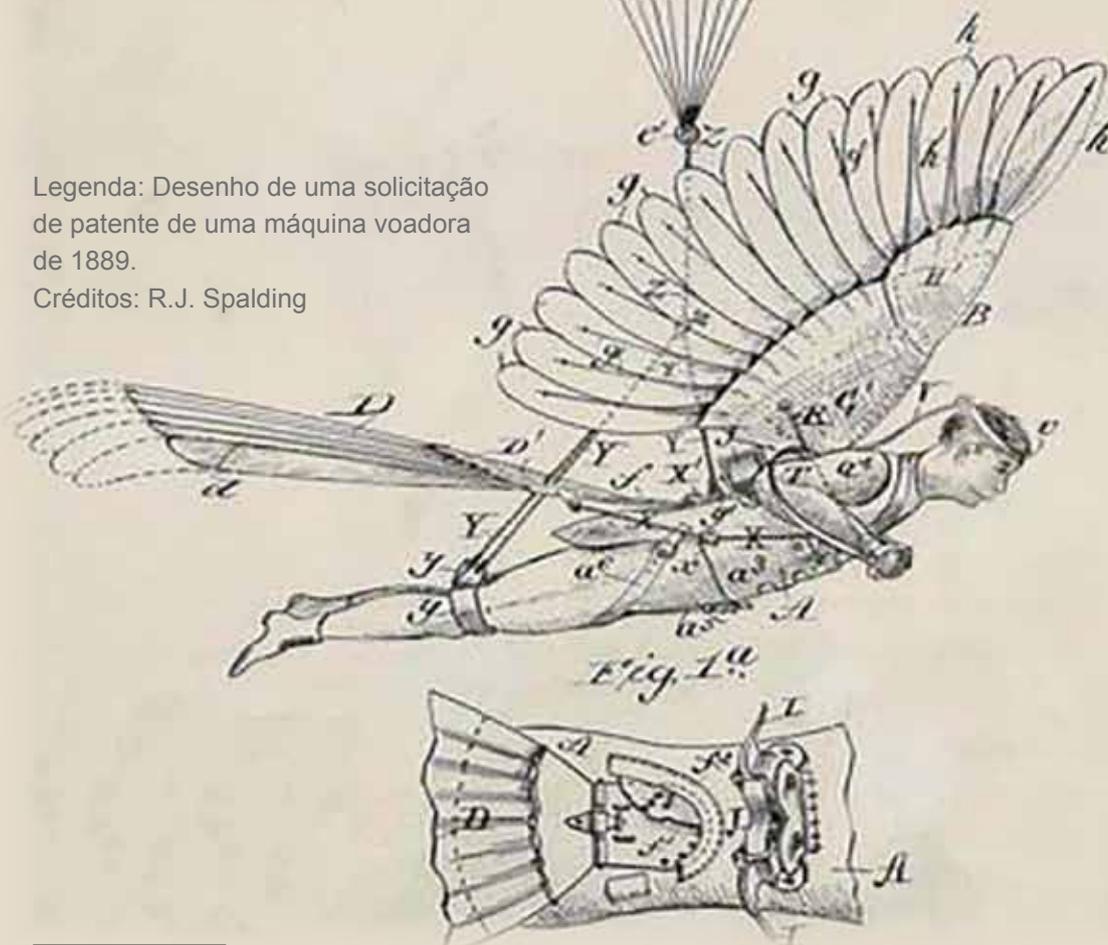
Ricardo Luiz de Souza Ramos, diretor do BNDES, disse que, em breve, uma chamada será feita para selecionar uma pequena empresa de São Paulo como projeto experimental desse conjunto de ações programado.

É TUDO CULPA DA TECNOLOGIA?

Amarildo Baesso (1)

Legenda: Desenho de uma solicitação de patente de uma máquina voadora de 1889.

Créditos: R.J. Spalding



1 Coordenador-Geral de Administração da Imprensa Nacional, sociólogo e mestre em sociologia pela Ufscar. Professor do Departamento de Comunicação Social do IESB, do Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da UDF e da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP).

Nos anos 1960,

o emblemático diretor Stanley Kubrick apresentou ao mundo seu irreverente 2001: *Uma odisseia no espaço*, com o qual parece brincar, em forma de ficção científica, com a relação entre o homem e a tecnologia. Intencionalmente ou não, o filme provoca uma reflexão em várias dimensões, como a da evolução da vida humana, da constituição das sociedades e das relações econômicas e de poder. Uma questão interessante é refletir se, sem a divisão social do trabalho, a respeito do aspecto central da constituição das sociedades, teria sido possível avançar a tecnologia aos padrões experimentados atualmente.

Focando nas relações de poder nas sociedades primitivas, o antropólogo Pierre Clastres, em *A sociedade contra o Estado*, observa que a evolução da tecnologia está associada, primordialmente, à necessidade do homem de se relacionar com a natureza. Para ele:

Se entendermos por técnica o conjunto dos processos de que se nutrem os homens, não para assegurar o domínio absoluto da natureza [...], mas para garantir o domínio do meio natural adaptado e relativo às suas necessidades, então não podemos mais falar em inferioridade técnica das sociedades primitivas: elas demonstram uma capacidade de satisfazer suas necessidades pelo menos igual àquela de que se orgulha a sociedade industrial e técnica. Isso equivale a dizer que todo grupo humano chega a exercer, pela força, o mínimo de dominação sobre o meio que ocupa. (CLASTRES, 1988, pp. 133-4)

São comuns as acusações de que a tecnologia é responsável por provocar desemprego, por exemplo, ou por proporcionar a dominação de sociedades sobre outras ou mesmo de pessoas sobre outras. Na realidade, confunde-se o uso que se faz da tecnologia com ela própria. Parece adequado afirmar que a tecnologia não pode ser acusada de ser responsável por efeitos que possa provocar nas relações sociais. Isso pode ser atribuído à forma como seus resultados são apropriados.

Atualmente, o controle sobre o uso da tecnologia passa pelas organizações, que dominam o espectro das relações econômicas e políticas das sociedades. Em um de seus mais conhecidos trabalhos, denominado *The Organizational Society*, o cientista político Robert Presthus (1978) sugeriu que, se havia um aspecto que assemelhava as diversas sociedades, eram as organizações. Para ele, vivemos, a partir do século XIX, em uma sociedade organizacional, pois dependemos das organizações para realizar quase todas as nossas atividades.

Como ocorre com grande parte dos conceitos em todas as áreas do conhecimento, há contradições e confusões quanto ao que são organizações. Se atentarmos à literatura da área, poderemos observar, inclusive, certa variação de nomenclatura para se referir a elas. Porém, pode-se notar, também, certo consenso acerca de alguns de seus aspectos centrais, o que nos remete à ideia de organizações como conjuntos intencionalmente organizados de recursos para se atingir objetivos específicos e previamente determinados.

Há teses distintas e, em muitos aspectos, complementares a respeito da origem das organizações, não do ponto de vista histórico, mas em termos do que as tornou necessárias. Harry Braverman, por exemplo, em *Trabalho e capital monopolista* (1987), defende que foi uma forma encontrada pelo capital para controlar a produtividade do trabalho, tirando do produtor o domínio do processo produtivo e, conseqüentemente, do tempo de trabalho necessário à produção.

Max Weber (1997), por outro lado, concebe as organizações no contexto da constituição da sociedade moderna, como parte de sua característica mais marcante, o processo crescente e contínuo de racionalização das relações sociais. Para ele, esse processo ocorre em todos os aspectos da vida em sociedade, da organização da economia (mercado) à da política (Estado). Em grande medida, as organizações contribuem para dar racionalidade aos processos sociais impactados por um conjunto cada

vez mais complexo de variáveis e, dessa forma, cada vez mais de difícil apreensão.

Nessa mesma linha, pensadores institucionalistas defendem que são formas de organizar um todo complexo na busca de racionalidade. Como observou Herbert Simon (1962), a mente humana tem uma capacidade limitada para lidar com a formulação e a resolução de problemas complexos em face da realidade. Em função desses limites, torna-se por demais onerosa a adaptação às sucessivas eventualidades não previsíveis. No caso das organizações, trata-se daquilo a que Weber denominou ação racional em relação a objetivos, ou seja, na busca de maior produtividade ou eficiência.

Ocorre que as próprias organizações foram se tornando mais e mais complexas, transformando-se elas mesmas em racionalidades limitadas, daí a constituição de um campo específico de estudos denominado de administração. Trata-se do desenvolvimento de teorias, com fundamentos na prática, a respeito de como gerenciá-las de forma a otimizar resultados. Os primeiros passos neste sentido foram dados ainda no século XVIII em trabalhos como *L'Encyclopédie*, cuja elaboração, entre 1751 e 1780, foi coordenada por Jean d'Alembert e Denis Diderot. A intenção desse trabalho era tornar de domínio público técnicas para desenvolver atividades de interesse coletivo, até então controladas por poucos.

Outro trabalho que manifesta preocupação semelhante foi desenvolvido por Adam Smith em 1776. Na famosa metáfora da fábrica de alfinetes, em *A riqueza das nações*, Smith faz um tratado de como aumentar a produtividade, tirando do artífice o controle do processo produtivo por meio da divisão de tarefas. As reflexões de Smith foram, inclusive, a base para as primeiras teorias organizacionais em sentido mais estrito, desenvolvidas em fins do século XIX e início do XX por pensadores como Frederick Taylor e Henry Fayol.

A ideia era dividir as organizações em partes, de forma a torná-

ARTIGO - É tudo culpa da tecnologia?

-las menos complexas, seguindo a lógica positivista de que o todo nada mais é que um aglomerado de partes. Taylor dividiu a organização em um conjunto de tarefas e buscou desenvolver fórmulas de como executar, eficientemente, cada uma. Fayol, por sua vez, propôs a fragmentação da organização em departamentos, organizados por funções, de forma a facilitar o controle dos processos de trabalho.

Dois aspectos, atualmente muito relevantes, foram desconsiderados nessa primeira fase das teorias organizacionais: as pessoas e o ambiente externo. A desumanização das relações de trabalho, ainda na primeira metade do século XX, passou a ser fortemente questionada, dando origem a uma segunda fase das teorias organizacionais, originada pela chamada teoria das relações humanas. A tese central dessas novas teorias era a de construir intersecções entre os interesses individuais e objetivos organizacionais.

A crise de 1929, por outro lado, explicitou a necessidade de se pensar a organização a partir do ambiente externo, ou seja, de variáveis como clientes, concorrentes, fornecedores, normas governamentais de regulação, entre outras. A crise de 1929 foi, em grande medida, uma crise de superprodução causada, em especial, por uma visão de administração focada exclusivamente no ambiente interno. A partir de então, desenvolveu-se uma terceira geração de teorias organizacionais, as teorias sistêmicas, tendo como centralidade a ideia de que as estruturas e os processos organizacionais devem ser pensados em forte interação com o ambiente externo.

Com o processo de internacionalização da economia, já nos anos 1960, com forte intensificação na década seguinte, cresce a necessidade de organizações capazes de suportar a ampliação da concorrência. O controle dessas organizações tornou-se mais complexo e a tese da burocracia cresce como forma de suprir essa lacuna. Na verdade, a tendência da racionalização em busca de eficiência é crescente desde a Revolução Industrial, como

observou Max Weber, mas ganha grande intensidade a partir dos anos 1960, ao menos no setor privado.

Embora possa parecer que cada uma dessas fases supera a anterior, na realidade, cada nova fase incorpora aspectos das precedentes, em um processo dialético. Quanto mais complexo e dinâmico o ambiente externo, mais complexas se tornam, também, as organizações e a atividade de administrá-las. Ocorre, então, um processo aparentemente contraditório que aponta, de um lado, para a necessidade maior de controle e, de outro, para o imperativo de se modificar as formas de se exercer o controle, para se lidar com a complexidade.

A burocracia, a departamentalização e a linha de produção, tratadas como formas eficazes de se controlar a produção e a produtividade, passam a ser empecilhos para as organizações complexas, que precisam lidar com a mudança constante e um conjunto, cada vez maior, de variáveis. O controle de meios, proporcionado por ferramentas, como a burocracia, torna-se incapaz de oferecer resultados, ao mesmo tempo em que dificulta a dinâmica necessária às organizações. Impõe limites quase intransponíveis à atividade criativa e ao aprendizado, necessários para lidar com a complexidade.

Como explica Gareth Morgan, em *Imagens da organização*, cada vez mais as organizações precisam aprender a aprender, a se auto-organizarem. Segundo ele:

À medida que entramos no que Peter Drucker descreveu como a nova «economia do conhecimento», onde a inteligência, a criatividade e o poder de entendimento humanos são os recursos-chave, podemos esperar que as ideias e princípios envolvidos na criação de organizações semelhantes a cérebros se tornem cada vez mais uma realidade. O potencial já está aí. Toda pessoa tem um cérebro, e os progressos na tecnologia eletrônica estão demonstrando como podemos mobilizar a inteligência numa frente ampla. (MORGAN, 1998, p. 132)

Podem parecer que os avanços tecnológicos são os responsáveis pelas mudanças cada vez mais constantes nas organizações, mas, na realidade, esse é um processo dialético que envolve as organizações e os seus ambientes. A tecnologia, especialmente no campo da informação e da comunicação, tem sido usada pelas organizações para apresentarem resultados mais consistentes em um ambiente cada vez mais complexo. Porém, o ambiente cada vez mais complexo parece ter relação direta com a forma como as organizações agem para interagir com ele.

As organizações do setor público não ficaram imunes a esse processo, pois foram se tornando mais complexas ao terem que assumir mais responsabilidades, transformando-se, atualmente, em provedoras de bens e serviços aos cidadãos. Pelo contrário, são afetadas de forma mais dramática, à medida que dependem de um nível mais amplo de controle para garantir que não se desviem da busca daquilo a que Aristóteles denominou de bem comum, que pode ser traduzido por interesse da sociedade. Desenvolver essa reflexão, no entanto, demanda outro artigo.

Referências bibliográficas:

- BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. Rio de Janeiro. Guanabara, 1987.
- CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro. Francisco Alves, 1988.
- MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. São Paulo. Atlas, 2006.
- PRESTHUS, Robert. *The organizational society*. New York. St. Martin's, 1978.
- SIMON, Herbert. *The architecture of complexity. Proceedings of the American Philosophical Society*, 1962.
- SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. São Paulo. Nova Cultural, 1988.
- WEBER, Max. *Economia y sociedad*. México. Fondo de Cultura Económica, 1997.



SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Créditos: Pixabay – Creative Commons CC0

Mamãe, virei Youtuber!

You = você/ Tube = tubo: Você na tela

Lisandra Nascimento

1...2...3...ação!

“Ei galerinha do YouTube, preparados para mais um vídeo? Então continuem ligados...”

Este é um tipo de frase bastante familiar que escutamos quando estamos à procura de algum conteúdo interativo. Não faz muito tempo que os chamados *youtubers* passaram a dominar as plataformas de comunicação. Inicialmente, os vídeos eram publicados somente pela satisfação de se comunicar, de mostrar a rotina dos próprios usuários. Porém, imediatamente, o YouTube viu, no fenômeno, uma oportunidade de negócios para a plataforma. *Youtuber* é o termo usado para denominar os internautas que utilizam o *site* para postarem seus vídeos. Os assuntos são incontáveis, desde humor, educação, *games*, esporte, tutoriais, tudo o que se possa imaginar, contanto que não firam, é claro, a política da companhia, como conteúdos que promovam o ódio e sejam ofensivos a determinados grupos.

Cada vez mais influentes, os *youtubers* lançam tendências, criam nichos de mercado e influenciam comunidades nas redes sociais e fora delas também. Para conseguir ser um influenciador e desfrutar das “glórias” da fama é necessário, além do próprio talento comunicativo, identificar um público que se interesse pelos assuntos propostos pelo *youtuber*. A principal receita para o sucesso é ter força de vontade e coragem para lidar com pessoas de todas as índoles, desde *haters* até fãs incondicionais, que, muitas vezes, transformam seus ídolos, de ilustres desconhecidos, que postam vídeos de seus quartos, em celebridades com milhões de seguidos.

res. As novas plataformas da Internet são mais influentes, hoje, em muitos campos de interesse, que muitos programas da TV tradicional. A liberdade do *streaming* possibilita que os usuários procurem aquilo que querem ver, na hora e no lugar que desejam.

Surgido há 12 anos, o YouTube, em pouco tempo, revolucionou a Internet. Desenvolvido por Chad Hurley, Jawed Karim e Steve Chen, o propósito dos seus criadores era disponibilizar para qualquer usuário uma plataforma em que se pudesse postar vídeos e disponibilizá-los para toda a rede. Nascido em San Mateo – Califórnia, no icônico Vale do Silício, ceifeiro das grandes empresas *high-tech* e das promissoras *startups*, dois anos depois de sua estreia, chamou a atenção da gigante Google, que o comprou por 1,65 bilhão de dólares, sendo uma de suas aquisições de maior valor. Em 23 de abril de 2005, ainda em caráter experimental, um dos funcionários da empresa, Yakov Lapitsky postou o primeiro vídeo, com apenas 18 segundos. Nele, se pode ver o cofundador Jawed Karim no zoológico de San Diego – Califórnia, com elefantes ao fundo. O histórico vídeo, chamado *Me at the Zoo*, pode ser visto no endereço www.youtube.com/watch?v=eijCBwTWFHw

Em pouco tempo, o YouTube começou a chamar a atenção de muitas marcas importantes. A fabricante de artigos esportivos Nike, por exemplo, foi a primeira a postar um vídeo publicitário, o comercial de uma chuteira usada por Ronaldinho Gaúcho. Em 2009, o *site* inseriu os botões de *like* e *dislike*, o que proporciona mostrar quantas pessoas gostaram ou não de cada vídeo. Em 2011, outra importante função foi incorporada, a *live*, com a qual as pessoas podem fazer transmissões ao vivo. De lá para cá, outras funções foram, pouco a pouco, tornando a plataforma cada vez mais amigável e essencial na vida de seus usuários.

SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO - Mamãe, virei *Youtuber*!

Hoje ele é um dos sites mais visitados do mundo, perdendo apenas para o Google e o Facebook.

Mas quando os *youtubers* apareceram? Na era da informação, qualquer assunto com mais de seis meses, parece muito tempo. Por volta de 2008, começaram a ser postados vídeos com a resolução SD (*Standard Definition*, de formato 480p), o que possibilitou a gravação por celulares. Pouco tempo depois, os *youtubers* começaram a ganhar fama, já que bastava ter uma ideia (ou não) na cabeça e um celular na mão, para começar a postar o que cada um quisesse: desde cenas *nonsense* até furos de reportagem, muitos veiculados depois em canais de TV. A grande maioria começou sem grandes expectativas ou objetivos. Queria apenas compartilhar vídeos de seu cotidiano com amigos e pessoas de seu círculo social. E o que parecia apenas um exercício de mera diversão, sem grandes compromissos, logo passou a ser encarado como um meio de expressão e, para muitos, tornou-se um meio de vida. O YouTube não demorou a perceber o fenômeno. Já estava em seus planos a popularização da ferramenta, mas, como sempre, em se tratando de movimento de massas na era digital, a realidade superou em pouquíssimo tempo as expectativas. Todo esse sucesso jogou para o alto as ações da companhia. Hoje, segundo a Jefferies Consultoria, o YouTube vale cerca de 40 bilhões de dólares.

O êxito de seu negócio está exatamente no sucesso de seus usuários, seu maior ativo. O Youtube passou a oferecer assistência aos novos adeptos de sua plataforma. A companhia tem locais chamados *YouTube Spaces* para que os *youtubers* interessados possam gravar seus vídeos. Nesses locais, os usuários podem se servir de estúdios e cenários. Possuem infraestrutura que possibilita aos novos comunicadores gravarem com melhor qualidade seus próprios vídeos. Lá também podem editar, aprender e trocar dicas com outros *youtubers*. Tudo isso de graça? Bem, nem tanto, para usar o espaço é preciso que os donos dos canais tenham mais de 10 mil inscritos. O mais legal é que, além de estimular o progresso do canal do usuário, o Google também oferece cursos, *workshops* e monitoria para aqueles que não sabem usar os equipamentos disponíveis. Tudo, totalmente grátis. Atualmente, esses espaços estão disponíveis em poucos lugares: Nova Iorque, Londres, Paris, Los Angeles, Toronto, Berlim, Tóquio, Mumbai, Rio de Janeiro e São Paulo.

Com número de *youtubers* crescendo em todo mundo, o YouTube começou a remunerar os vídeos mais assistidos, que recebem quantias diferenciadas. Tudo depende da publicidade e dos anunciantes, pois, se um canal estiver veiculando anúncios de diversas empresas, ganhará tanto da marca anunciada, como do YouTube, pelo número de visualizações. O autor de vídeo pode receber do YouTube de 0,50 até 5 dólares (R\$ 16,10) a cada mil visualizações.

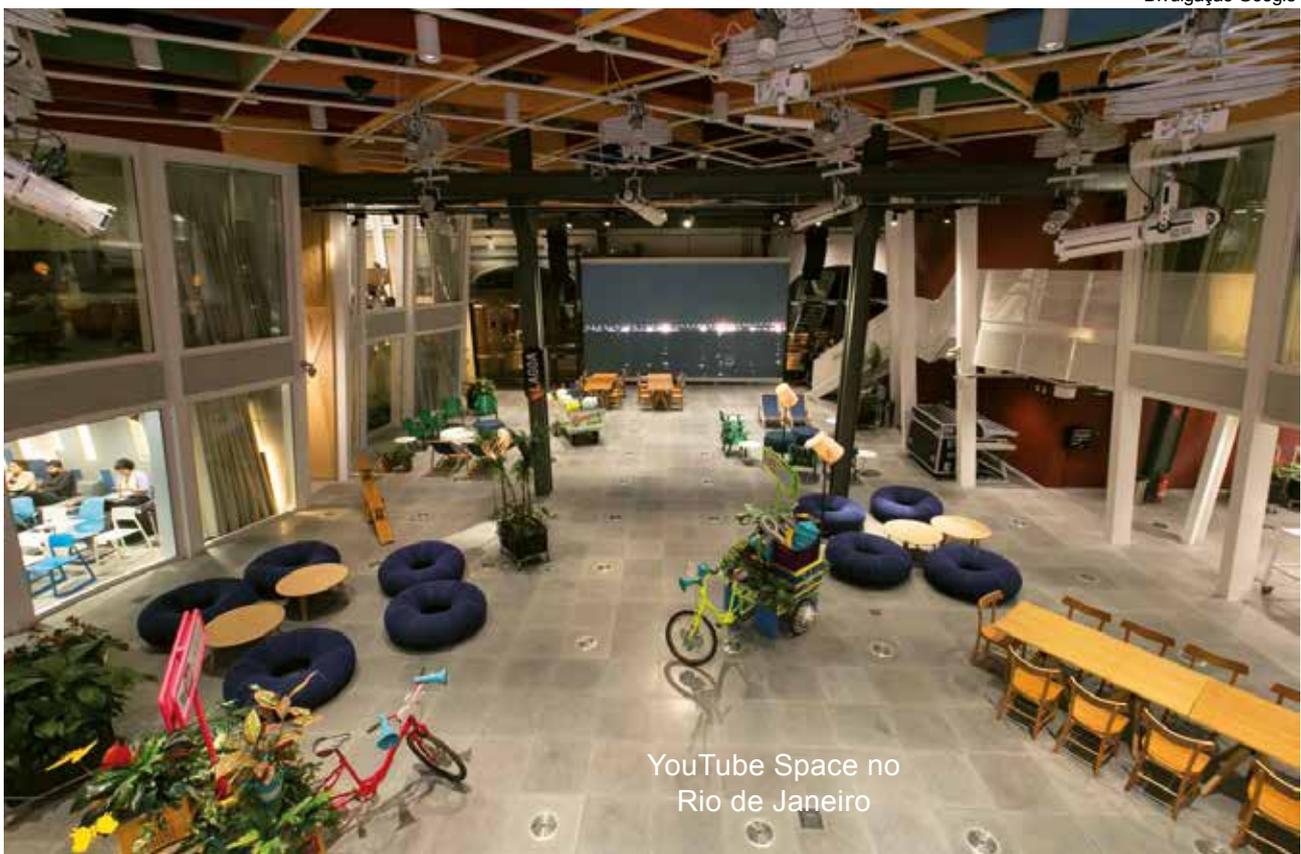
Os comerciais que, muitas vezes, antecedem os vídeos geram receita para os canais em que são veiculados, por meio da plataforma de anúncios do Google, o AdSense. Não é pela quantidade de inscritos em seus canais que os *youtubers* ganham dinheiro, mas, certamente, um público cativo ajuda a capitalizar anúncios e visualizações.

Monetização - A monetização é a capacidade de transformar algo em dinheiro. No caso do YouTube, os vídeos podem gerar dinheiro. Para conseguir receber os valores, é preciso já ter conta no aplicativo, postar conteúdo com frequência, ser original, seguir as regras do YouTube e o país em que o *youtuber* mora estar na lista do *Partner Program* da empresa, onde também é necessário se cadastrar. Com isso, a empresa verifica se o conteúdo disponibilizado pelo usuário segue todos os requisitos para poder receber anúncios. O conteúdo deve ser original, criado pelo próprio dono do canal, ou este deve ter permissão para usá-lo comercialmente. Também é preciso fornecer a documentação que comprova a detenção dos direitos comerciais de todo o conteúdo de áudio e de vídeo. Os vídeos devem cumprir a política do programa de parcerias do YouTube, os termos de serviço do YouTube e as diretrizes da comunidade. O YouTube pode desativar a geração de receita de contas que não cumprem as diretrizes. A nova regra, vigente a partir deste ano, prevê que os canais que têm direito à monetização são aqueles com mais de mil inscritos e mais de 4 mil horas assistidas no último ano (2017). Todos os vídeos que recebem anúncios são monetizados.

Hoje, existem mais de 500 mil produtores de vídeos no Brasil. No *The Oxford English Dictionary*, o termo *youtuber* foi incluído em 2016: “um usuário frequente do site de compartilhamento de vídeos do YouTube, especialmente alguém que produz e aparece em vídeos no site”. Ser *youtuber* já é considerado uma profissão. Apesar de parecer um trabalho divertido de se fazer, ser um *youtuber* profissional pode se tornar bastante difícil e cansativo, porque exige tempo, disciplina, esforço e muita dedicação. Um vídeo de boa qualidade, por exemplo, consome, em média, de três a cinco horas para ser produzido e mais dois dias de edição. Isso, sem falar no investimento em aparelhagem como câmeras, microfones e computadores de edição. Terceirizar alguns serviços também não sai barato. Como se percebe, virar um *youtuber* é algo bem mais sério do que eventualmente postar vídeos bizarros ou zoar os amigos. Pode ser algo que mudará radicalmente a vida de quem escolhe este caminho.

“...Então, gostaram do assunto de hoje? Se sim, não esqueçam de deixar o seu *like* e de compartilhar com seus amigos. Até o próximo vídeo...”

Divulgação Google



YouTube Space no
Rio de Janeiro

Ranking dos canais mais influentes no Brasil*

Nome do canal	Inscritos	Total de Visualizações	Categoria
Whinderssonnunes	26.305.431	2.140.144.485	Humor
Canal KondZilla	25.787.222	12.842.067.423	Música (funk)
Felipe Neto	18.175.822	2.649.735.994	Entretenimento
CanalCanalha	15.301.481	1.032.509.801	Humor
Rezendeevil	14.786.132	5.358.596.741	Games
Porta dos Fundos	13.845.391	3.681.119.334	Comédia
AuthenticGames	12.380.596	5.125.545.924	Games
5incominutos	11.050.351	909.843.424	Entretenimento
Canal Nostalgia	10.588.965	821.013.278	Reviver a Infância
GR6 EXPLODE	10.799.605	4.833.694.439	Música (funk)
Parafernália	9.908.983	1.992.146.227	Comédia
Manual do Mundo	9.513.360	1.650.998.067	Educativo
Galinha Pintadinha	9.369.186	7.301.225.225	Infantil
TototoyKids	7.417.531	3.851.227.344	Infantil
Turma da Mônica	5.946.226	5.457.912.312	Infantil

* Dados do dia 19 de janeiro de 2018.

DICAS PARA SE TORNAR UM YOUTUBER

Pixabay Creative Commons CC0

A dica principal para ser um *youtuber* é ser você mesmo, agir de forma que mostre ao público o seu melhor “eu”.

Mas também existem alguns pontos a serem seguidos:

Saiba como se comportar

- Sempre escolher o tema antes de qualquer gravação e ter domínio sobre ele. Ser original no que vai falar.

- Tratar a câmera como se fosse uma pessoa, interagir com ela como se fossem os seus seguidores.

- Ser natural, imaginar que existe um público bem à sua frente e que você é o ator principal da peça. E atuar de forma que consiga mostrar o quanto é bom no que faz.

Saiba quais câmeras usar

- Não é necessário ter uma câmera profissional para fazer seus vídeos. O próprio celular já aguenta o tranco, mas, se quiser ter mais qualidade, é preciso comprar uma boa câmera. Há muitas opções no mercado. Pesquise antes de comprar. Principal exigência: o equipamento deve gravar em alta definição (High Definition – HD), para que seus vídeos possam ser postados nesse formato.

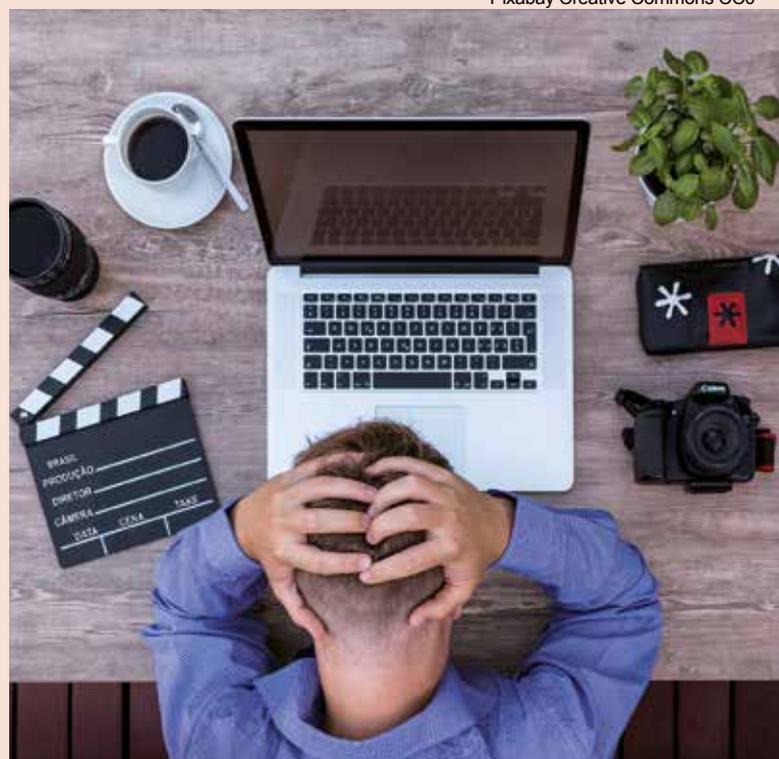
Evite ruídos nos vídeos

- Para que o vídeo fique perfeito, é sempre bom, na hora da gravação, estar em um local fechado, onde outras pessoas não interfiram no processo.

- Para se ter um áudio de qualidade é bom comprar à parte um microfone profissional. Para tirar ruídos, existem programas em que o áudio pode ser processado.

Utilize músicas de fundo

- Colocar uma música de fundo que tenha a ver com o tema de seu vídeo torna-o mais profissional e chama mais atenção dos seus seguidores. Sempre fique atento aos direitos autorais!



Faça uma boa edição

- Se em alguma cena você errou, na hora da edição ela pode ser descartada. Fique apenas com as partes importantes. Coloque textos, emojis, fotos ou partes de outros vídeos. São elementos que chamam a atenção e agregam qualidade ao seu vídeo. Há muitos programas de edição de vídeo. Alguns sistemas operacionais já trazem um software básico de edição, mas há outros, pagos, no mercado.

A LINGUAGEM DOS *YOUTUBERS*

O quadro abaixo apresenta alguns dos termos mais utilizados pelos *youtubers*



Boy

Termo usado para falar de algum garoto ou rapaz.



Close certo

Quando a pessoa faz o que é considerado certo e fica conhecida por isso.



Close errado

Quando a pessoa não faz o certo e isso afeta sua reputação.



Compartilhar

Quase sempre, ao final do vídeo, o *youtuber* pede para que o vídeo seja compartilhado por seus seguidores.



Crush

Ter uma imensa paixão por alguém.



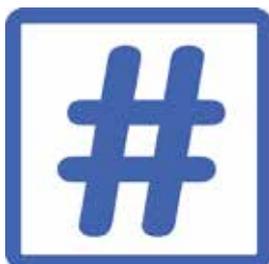
Like

Quando alguém gosta do vídeo, pode clicar o botão de *like* do aplicativo. Quase sempre, o vídeo se inicia com o *youtuber* pedindo ao espectador que “dê o *like*” imediatamente.



Dislike

Quando o espectador aperta o botão dislike do aplicativo, indicando que não gostou do vídeo. Ou se arrependeu e tirou o like do vídeo.



Hashtag

Hashtag é uma palavra-chave de algum assunto, que, quando antecedida do símbolo do “jogo-da-velha” vira um *hiperlink* na rede social Twitter. Os *youtubers* pedem para seus seguidores publicarem *hashtags* referentes aos assuntos tratados nos vídeos. Assim, criam uma interação com os usuários para além do YouTube.



Top

Gíria muito utilizada para indicar algo muito bom, na opinião do *youtuber*. Geralmente compartilham com o público o conteúdo classificado como “top”. Por exemplo: a lista das “Top 5 músicas de 2017”.



Treta

Quando duas ou mais pessoas estão brigando por algum motivo.



Trollar

Muitos fazem vídeos de trollagem. Trollar significa fazer brincadeiras com amigos. Geralmente são armações (nem sempre leves) para enganar momentaneamente o alvo da trollagem. Por exemplo: fingir que esta traíndo a namorada(o). Consiste também em perturbar os participantes de uma discussão em fóruns da internet, com argumentos sem sentido, apenas para enfurecer e perturbar a conversa.



Views

É a quantidade de visualizações que um vídeo tem.

Cultura



**Entrevista com Jorge Caldeira,
historiador, escritor e jornalista.**

**Autor do livro *História da riqueza no Brasil*,
editado pela Estação Brasil.**

Ocupante da Cadeira nº 18 da Academia Paulista de Letras, o escritor, jornalista e historiador Jorge Caldeira, doutor em ciência política, mestre em sociologia e bacharel em ciências sociais pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, tem uma longa ficha de contribuição à grande imprensa, como jornalista e editor de importantes publicações nacionais: editor da *Revista Bravo*, consultor do *Projeto Brasil 500 Anos*, da Rede Globo, editor da revista *Exame*, colaborador do caderno *Ilustrada da Revista da Folha*, do jornal *Folha de S. Paulo*, editor de Economia da revista *IstoÉ* e editor da *Revista do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap)*.

Como historiador, sua produção acadêmica inclui estudos a respeito do compositor Noel Rosa, *Noel Rosa, de costas para o mar*, publicado em 1982, pela Editora Brasiliense, e do gênero musical samba, com a obra *A construção do samba*, lançado pela Mameluco, empresa da qual é sócio-fundador e diretor. Por essa editora saíram, ainda, importantes trabalhos de sua autoria acerca dos grandes empreendedores brasileiros que marcaram época em nossa história, tais como *Brasil – a história contada por quem viu* (2008); *História do Brasil com empreendedores* (2009); e *Júlio Mesquita e seu tempo* (2015). Em 1995, publicou pela Companhia das Letras o livro *Mauá, empresário do Império*. Pela Editora 34 lançou, em 1999, *A nação mercantilista, ensaios sobre o Brasil*, e *Diogo Antonio Feijó – pela Coleção Formadores do Brasil*.

Para comentar seu novo livro, *História da riqueza no Brasil*, lançado pela Editora Estação Brasil, em 2017, a revista *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública*, entrevistou o professor Jorge Caldeira, que explicou ter lançado mão, neste projeto, de estudos de econometria (método de análises de dados estatísticos que mede as grandezas econômicas), a qual lhe forneceu medidas e estatísticas pouco e mal conhecidas de grande parte dos historiadores, de modo a explicar a economia informal e empreendedora, vigente no País desde o Brasil Colônia até a República, responsável por grande parte da riqueza do Brasil.

Outra ciência utilizada por Jorge Caldeira nesta obra foi a antropologia, caminho para se aproximar do passado e estudar profundamente a família, a mestiçagem e a genealogia dos tupis-guaranis, responsáveis pela intensa troca de mercadorias e serviços nos primórdios da colonização brasileira e que tiveram influência ímpar na história de nossa economia.

Neste seu recente livro, o senhor retrata mais de cinco séculos trilhados pela economia do Brasil e mostra que, por volta do século XVIII, nossa produção de bens era equivalente à economia dos EUA. Como o Brasil conseguiu chegar a esse patamar de riquezas?

O que há de diferente na história que eu conto no livro é que ela é uma história da economia muito diferente daquela conhecida até hoje. Dos anos 1970 para cá, foi possível colocar a documentação histórica em um banco de dados de computador. Desse momento em diante, foi possível coletar dados e fazer análises que não estavam acessíveis, mesmo para um erudito da era pré-computador. Eu cheguei a consultar o censo do século XVIII, era uma coisa que você ia ao arquivo, uma maçaroca, e ficava cinco, seis horas, e via três páginas. Quando milhares de estudiosos fazem isso, você começa a ter dados censitários do Brasil do século XVIII, que é a questão mais própria, que é a realidade histórica, mas muito diferente do que se pensava, antes de poder olhar essa quantidade de informação. Isso dá as medidas da economia brasileira, com um mercado interno grande, o setor exportador também importante. Somando os dois em tamanho, temos algo semelhante ao dos EUA nos anos de 1770, 1800. Essa comparação saiu desta medida tomada por computador e de estudos de balança comercial etc. Esse retrato é muito diferente do que a gente imaginava, do que eu aprendi na escola, do que se ensina na faculdade. O que aprendemos hoje é que o Brasil era uma colônia pobre e as riquezas iam para o exterior numa estrutura de latifúndio que permitia isso. Não é isso o que acontece. Os dados recentemente coletados mostram que o mercado interno, de há muito tempo, desde o início do século XVI, com as primeiras trocas com os nativos, era um mercado de certa pujança. Entretanto, porque ele não aparecia, e a contabilidade desse mercado ficava só nas casas – hoje o que nós entendemos por economia informal, aquela que não se via, não é assim que se chamava naquela época – o que era negociado na colônia era gigantesco, muito maior do que a parte que se enxergava. Por isso, o retrato era tão diferente. Isso tem consequências importantes para duas coisas: muda o próprio problema que a gente tinha ao explicar o nosso passado, a gente tinha de explicar por que a Colônia era pobre. Agora é o de mostrar como ela conseguiu ser tão rica e, segundo, por que isso ficou tanto tempo escondido. Também não é fácil elucidar.

A atual facilidade de pesquisas, baseada em ferramentas de tecnologia da informação, facilitou a mensuração de dados de forma extraordinária. Como essas novas

ferramentas tecnológicas podem ajudar os estudiosos a fazer uma nova leitura de nossa história?

As duas coisas são verdadeiras. Em primeiro lugar, esse novo tipo de abordagem vai obrigar a uma releitura da história, mas eu já faço isso, como ela é baseada em dados quantitativos, para todos os períodos, Colônia, Império, Primeira República etc. O que nos traz surpresas atrás de surpresas, o que obriga a rever, porque é uma outra realidade, diversa daquela que a gente imaginava. Por exemplo, no século XIX, é quando o Brasil se atrasou em relação ao resto do mundo. Isso também não foi o que viram os historiadores, no século XIX o Brasil tinha começado a melhorar em relação ao resto do mundo. Eu encontrei a renda estagnada no Brasil nesse período, enquanto o mundo cresceu. Então, o Brasil ficou do mesmo tamanho, enquanto os EUA ficaram 15 vezes maiores que o Brasil em 70 anos.

A educação formal estagnada, por quase meio século no Brasil, não teve papel preponderante no atraso que o senhor menciona, ocorrido no século XIX?

A primeira tipografia que funcionou no Brasil foi a da Imprensa Nacional em 1808. A política do governo português, que impediu que a tipografia chegasse ao Brasil de 1500 a 1808, foi única, selvagem e devastadora, com consequências até hoje na vida brasileira. A América hispânica tinha gráfica na qual imprimia a Bíblia em guarani, por volta de 1700. Já havia um jornal diário em Lima, no final do Século XVII. Em contrapartida, também foi a política portuguesa que permitiu a instalação da primeira faculdade de medicina em Salvador. Na América espanhola, igualmente católica, havia 23 universidades em 1800. O peso do analfabetismo, no século XIX, também comparando com os EUA, aqui calcula-se que de 1% a 2% dos homens adultos sabiam ler – nos EUA, já eram 70% – em 1800. Esse foi realmente um atraso ocorrido no período colonial, que começamos a tirar muito devagar. No século XIX, não fomos tão bons e o censo de 1890 apontava uma taxa de 16% de alfabetizados, menos do que os EUA tinham em 1800. O Brasil foi ter alfabetização universal em 1998 no governo de Fernando Henrique. Naquele ano, a taxa de crianças matriculadas na escola chegou a 99%. Já no Governo Lula, o nível de brasileiros que estudam em universidades começou a deixar de ser uma coisa indesejável. A primeira universidade criada no Brasil, a USP, é de 1934. Ou seja, em nossa história, tivemos 300 anos de atraso para a tipografia, 200 anos de atraso para a alfabetização e a universidade. O século XX brasileiro foi bom para nós porque sanou, parcialmente, nossos problemas, mas exis-

te a herança histórica da qual falamos. Quando vierem os números que puderem ser comparados, aí, então, vai se saber o tamanho do dano que a política colonial portuguesa provocou à futura nação brasileira.

Qual a importância da econometria para os historiadores em decidir contar nossa história de uma maneira mais moderna, sem esquecer os estudos dos historiadores clássicos?

A econometria é tão inevitável quanto o computador. Um aluno de universidade hoje terá visto, se quiser, a cada ano, ao longo do curso de história, mais documentos do que eu vi durante 20 anos de pesquisa. A possibilidade de tratar a informação é de tal ordem, que é inevitável usar as novas tecnologias. No caso de história econômica, especificamente, se você não souber trabalhar com estatística, ler e montar tabelas, comparar e coletar dados estatísticos, não adianta. Eu uso muito a antropologia, além de econometria, porque o analfabetismo provocou estragos monumentais em tudo; na economia, porque você não tinha os dados, agora você consegue refazer no computador um cenário econômico que historiadores e nações mais alfabetizadas já teriam refeito há 200 anos. Também, para compreendermos uma parte do comportamento da sociedade analfabeta. Uma coisa essencial para entender nossa formação é conhecermos os hábitos dos tupis-guaranis. Quando você os conhece, até a história econômica muda. Ou seja, não é uma questão apenas de computador, é você entender os seus costumes: como eles se relacionavam, tomavam crédito, faziam negócios, cerimônias de casamento, como todas essas ações eram feitas conjuntamente. No meu entendimento, a antropologia vai ter um papel ainda maior do que a econometria, porque, a respeito dos costumes dos tupis-guaranis, a única documentação de época que eu vi era registrada pelos padres e pastores. Eles eram os únicos que escreviam entre os anos de 1500, 1600, afora um ou outro funcionário do governo. Alguns até que fizeram boas descrições, mas tinham interesses particulares. Somente no século XX, as pessoas foram morar com tribos tupi, entender seus hábitos com rigor científico e constatar coisas que as pessoas dos séculos XVI, XVII e XVIII não viram. As estruturas de casamento, parentesco, alianças, que são as coisas básicas, que fazem parte da vida dos brasileiros até hoje, foram ouvidas por essas pessoas. Eu vou dar os nomes dos principais tupinólogos do Brasil, um dos pioneiros foi Darcy Ribeiro, que foi estudar no Maranhão, o outro foi Roberto da Matta. Ao estudarmos a vida do brasileiro, precisamos compreender a vida dos tupis-guaranis para sabermos da dimensão e da importância desses povos

para a nossa história. E isso eu aplico muito, inclusive na economia.

Machado de Assis, em suas primeiras crônicas, falou do seu temor de que a República jogasse a Nação sob o domínio das oligarquias. Na sua avaliação, em que medida ele acertou nas suas previsões?

No que se refere à economia, a República, que é o meu campo específico, é um período complexo. A econometria mostra que foi nesse período que o Brasil se desenvolveu. O Brasil teve uma economia estagnada até o fim do Império. Entre 1890 e 1970, foi a economia que mais cresceu no mundo. Esse foi um período absolutamente brilhante do Brasil não só em relação ao passado, mas conseguiu crescer num ambiente no qual o mundo não conseguia crescer, ou num ritmo melhor que o mundo. Tivemos um crescimento excepcional tanto na Primeira República quanto no período dos anos 1930 até os anos 1970. Houve mudanças políticas importantes, muito relevantes, sinais trocados. Tanto numa economia mais fechada, como na aberta, o crescimento foi o mesmo, o que é raro. Você tem aí 80 anos de crescimento, o que é um negócio importante. O Brasil, hoje, é uma nação de economia grande, importante, embora, dos anos 1970 para cá, começou a crescer menos do que a média mundial. A econometria tem as explicações. Ela procura explicar essa situação, embora não seja fácil.

Que papel teve a intervenção do Estado ao longo da história do Brasil, tanto na questão do desenvolvimento quanto na estagnação?

Para quem acredita nisso, é paradoxal. O Brasil cresceu muito entre 1890 e 1930, com a economia aberta e o Estado pouco intervencionista e muito pequeno, um crescimento muito grande, quase todo montado no setor privado da economia. Cresceu muito entre 1930 e 1970 com o Estado interventor que bloqueou os efeitos da crise de 1929, isto é, interveio nas relações externas, monopolizou o câmbio, administrou as exportações e importações, porque ele comprava os produtos exportados e dava licenças para as pessoas importarem máquinas, havia crescimento. De 1970 para cá, com o Estado interventor, o Brasil não cresceu num cenário em que o mundo estava crescendo. É o seguinte: a intervenção do Estado, para mim, é uma variável dependente do cenário externo, mais ou menos o que eu explico no livro. Não existe uma receita certa que diz qual Estado dá certo e qual não dá certo, depende da situação.

Na afirmação de Rousseau, o costume é a maior de todas as leis, pois se grava nos corações. Essa expressão seria mais ou menos o

que os nossos pais diziam: que há leis que pegam e outras não?

Esse é um pedaço. Na verdade, tem muita coisa que não depende das leis, é o que explica, por exemplo, o sucesso da economia informal, que era basicamente a economia relevante do Brasil Colônia. As leis não ajudavam no desenvolvimento, mas o desenvolvimento se fundava no costume. Por exemplo, eu fiz uma biografia chamada *Banqueiro do sertão* (saga de Guilherme Pompeu de Almeida, jesuíta de formação e grande negociador e financiador do ciclo da mineração do País no século XVII). Ele foi um dos paulistas mais ricos do século XVII: uma metalurgia de 200 escravos, artesãos sofisticados que produziam ferro. Ele recebia esse ferro, que entregava para os parentes, que iam fazer negócio com os índios, que trocavam por algodão, farinha. Os extras iam para ele que revendia. Nisso, ele ganhou muito dinheiro em prata. Como é que ele entregava dinheiro? Eu fiz um banco de dados com todas as pessoas com quem ele fazia negócios, a partir da documentação dessas pessoas em que o nome dele aparecia. Pesquisando os nomes, eu imaginei que era por parentesco, e tentei fazer uma genealogia, para explicar, entender, que ele dava dinheiro para o cunhado, etc. Não dava certo. Até que um dia falei com uma antropóloga japonesa que trabalhava comigo: Lia, vamos tentar uma genealogia tupi? Tupi não pensa a família do mesmo jeito que o ocidente pensa. Então fizemos e deu certo, todos os créditos deram no lugar certo. A noção de família que estava na cabeça dele, que era empresário, tinha títulos, doutorado em teologia, era a noção de família dos tupis, ele dava crédito pelo costume tupi. Então você só entende o negócio dele se você entender os costumes, os hábitos.

Um assunto presente em seu livro também é a questão do Estado. Houve intervenções positivas e negativas. Às vezes, houve ausências, pelo fato de o Brasil ser muito grande. Ainda assim, o País se desenvolvia, mesmo nos rincões mais afastados. O que o senhor pode falar a respeito?

Uma das coisas que eu notei, e que eu chamo atenção no meu livro, é a respeito dos governos no Brasil desde o ano de 1549. Existem três instâncias no Brasil, além da dos índios. Até hoje 11% do território brasileiro é governado por pessoas que seguem seus costumes. Depois você tem governos das vilas que eram os governos locais, hoje municipais. Isso se estende desde 1532, isso é um nível de governo já muito estável. Hoje, onde você tem vila no Brasil, nós temos eleições de três em três anos. Eu não conheço nenhum caso de ditadura local em nenhuma vila ou município do

Brasil. Em São Vicente, a eleição vem desde 1532 até hoje, de três em três anos da Colônia ao Império, então já está na centésima nonagésima legislatura, São Paulo está na 180ª, Olinda, oitenta e pouco, Rio de Janeiro, 180ª, por aí vai, onde fundou começa a eleição. Esse ciclo gera um nível de governo estável, que produz determinadas leis, que não são mais o costume, são leis escritas, que não são as mesmas que valiam para a metrópole. A lei de herança, por exemplo, era universal, vinha da legislação portuguesa. Outras, que regulavam a moradia, os padrões de construção de ruas, a organização da vida local, a segurança, a ordem local, tudo era feito pela vila. Isso é um nível de governo que, efetivamente, funciona como governo. Nós, atualmente, estamos tão acostumados a pensar em governo como sendo o governo central que esquecemos que, no Brasil, que é uma nação muito grande, com um território muito vasto, até muito recentemente o governo central podia

pouco. Às vezes, levava-se seis meses para ir de Mato Grosso até o Rio de Janeiro, a cavalo. Não se podia esperar uniformidade da vila. O governo era feito para ser descentralizado, era obrigatório ser assim. Sempre houve as capitanias, depois as províncias, depois estados e o governo central, que era governo geral, depois, Império, depois, governo federal. Essas coisas se entremeciam, por isso eu tentei notar o que é a parte de cada uma dessas esferas de governo no desenvolvimento econômico, por que, às vezes, as legislações locais favoreciam negócios, muito mais do que outras.

Por que o senhor compara a economia americana com a brasileira?

Quando se conta a história da economia brasileira isoladamente, a gente fica sem saber o que é bom e o que é ruim, porque, às vezes, há períodos em que o Brasil cresce, mas todo mundo cresce. Trata-se do aproveitamento de uma onda global. Há períodos em que o Brasil cresce e o mundo não cresce, então, isso é um período bom para o País, porque é quando se tira o atraso. Agora, há períodos como o período atual, dos anos 1970 para cá, em que nós crescemos menos e estamos atrasados em relação ao mundo. Se não temos a medida do mundo, não sabemos se estamos bem ou se estamos mal economicamente. Cito o Padre Vieira: "sem comparação, não há miséria".

O senhor já trabalha em novos projetos de livros?

Esse último livro é um resumo de 40 anos de vida e trabalho. Não é um livro qualquer. Tem coisas que eu venho juntando há 30, 40 anos. Já escrevi a respeito da teoria econômica, história do samba, mas a ideia agora é divulgar a *História da riqueza no Brasil* e descansar um pouco.



Construções sustentáveis, o futuro das cidades

Ezequiel Marques Boaventura

Símbolos da capacidade do engenho humano em aplicar seu conhecimento em técnicas de engenharia, arquitetura e construção, por meio de cálculos e equações, aliadas a desenhos e projetos que harmonizam formas, estruturas e concepção de espaço, os arranha-céus estão presentes nas paisagens urbanas desde o século XIX desde que, na Cidade de Chicago, foi inaugurado, em 1885, o Home Insurance Building, considerado o primeiro edifício desse tipo do mundo, construído em 10 andares. O prédio foi edificado pelos padrões da época com uma técnica inédita na qual foi utilizada uma estrutura de aço.

Home Insurance Building, o primeiro "arranha-céu" do mundo

Passados 133 anos da construção desse marco da engenharia, as cidades hoje, sejam elas de pequeno, médio ou grande porte, e as metrópoles presentes nos cinco continentes, abrigam, em sua mancha urbana, centenas de milhares de prédios de todos os tamanhos e alturas, destinados a moradia, comércio, serviços, escolas, universidades etc. O número de prédios em construção não para de crescer. O homem, para satisfazer suas necessidades de moradia e se proteger contra as intempéries do tempo, busca, cada vez mais, conforto, lazer e qualidade de vida nos edifícios residenciais. À medida que vão surgindo, as novas tecnologias acabam se incorporando aos novos empreendimentos construtivos.

Conforme dados divulgados pelo pesquisador Sandro Hansen, em seu trabalho *Gestão socioambiental: meio ambiente na construção Civil* (Florianópolis, SC – Senai/SC, 2008), a indústria da construção civil tem uma participação de cerca de 40% no PIB mundial. Essa proporção de riquezas geradas pela construção civil traz consigo uma realidade que, embora passe despercebida, é incontestável: devido a sua abrangência e necessidades específicas, ela é responsável por grandes impactos ambientais, seja na operação e na manutenção dos edifícios, seja em relação ao consumo de energia elétrica e água, seja na geração de resíduos sólidos durante a construção dos prédios, com o descarte de entulhos, seja pela utilização de cimento, matéria-prima que lança na atmosfera quantidades imensas de dióxido de carbono (CO₂), um dos principais causadores do efeito estufa.

O surgimento dos *green buildings* (edifícios verdes)

Para amenizar e buscar soluções destinadas a tirar dos edifícios a fama de agentes causadores de impactos negativos na natureza, em 1998, foi criada, pelo Conselho de Construção Sustentável dos Estados Unidos (US-GBC – U.S. Green Building Council), a certificação Leadership in Energy and Environmental Design – Liderança em Energia e Projeto Ambiental (LEED). Segundo o diretor executivo do Green Building Council Brasil, Felipe Faria, “fazemos parte de uma organização que se faz presente em 80 países, em 80 escritórios diferentes”. Já a certificação

LEED, hoje, está presente em 167 países, acrescentou. “Aqui, no Brasil, nós começamos em 2007 e, naquele ano, surgiram os primeiros projetos a serem certificados”, explicou Faria.



Felipe Faria, diretor executivo do Green Building Council Brasil

Dada a sua importância como o padrão líder mundial para projetos de construção sustentável, construções e operações, o LEED caminha em ritmo acelerado no Brasil devido ao interesse das empresas envolvidas no setor da construção civil em implementá-lo em seus projetos. Para atuar na promoção da certificação internacional no Brasil, Felipe contou que o CBC Brasil presta assessoria a cerca de 800 empresas, que são beneficiadas com orientações e atividades, tais como capacitação profissional, uso de ferramentas voltadas à sustentabilidade, lobby junto às autoridades públicas do País para explicar e promover a importância das construções sustentáveis para a economia do País e, por fim, a promoção da certificação LEED no ambiente empresarial do setor.

Conforme explicou Faria, para obter a certificação, “nós estipulamos metas de desempenho sempre obedecendo às normas técnicas”. Assim, para ser considerado verde, o GBC Brasil analisa o empreendimento nas seguintes áreas: uso eficiente de água e energia; coleta seletiva e gestão de resíduos ativa e eficiente (reciclagem); aproveitamento da luz natural (solar) e vento; uso prioritário de materiais ecologicamente corretos produzidos *in loco*, com o objetivo de diminuir o gasto com energia necessária para transporte de materiais; pequeno impacto na região do entorno por meio da diminuição de emissão

de gases de efeito estufa, contribuindo para a melhoria da qualidade do ar e integração dos custos de construção com os custos de operação do edifício ao longo de toda a sua vida útil.

À primeira vista, para um edifício verde ser construído e atender às exigências e normas de modo a obter o certificado LEED, uma dúvida que vem à tona é a de quanto uma construção ser sustentável encarece o custo final da obra. O diretor executivo do GBC Brasil falou que, para atender às prerrogativas e às exigências do selo sustentável, uma verdade tem de ser dita: “Quando você fala em custo de uma obra, é importante ressaltar, e termos consciência, que, quando analisamos essa variável, vamos perceber um acréscimo estimado entre 1% e 7% na construção. Entretanto, é bom salientar que entre 15% e 20% são gastos na construção e cerca de 80% são consumidos na operação do empreendimento”, reforçou Felipe.

Para mostrar a importância que a certificação LEED alcançou no Brasil, Faria disse que o País tem, hoje, 465 projetos certificados com o selo verde, os quais somam uma área construída de 14,3 milhões de metros quadrados. “Ocupamos, hoje, o quarto lugar no mundo com mais prédios sustentáveis e temos 1.257 empreendimentos em análise, na lista, aguardando a certificação”, contou o diretor executivo do GBC Brasil.

Arquitetos e engenheiros brasileiros engajados na certificação LEED

A certificação LEED, desde 2007, quando começou a ser usada no País pelo Green Building Brasil, causou uma mudança profunda no ramo da construção civil e revolucionou o campo da engenharia e da arquitetura no que diz respeito à maneira mais eficaz, moderna e sustentável de projetar e construir prédios comerciais, instalações industriais, *shopping centers*, lojas de varejo, escolas, prédios públicos, hospitais, residências e instalações esportivas. Arquitetos e engenheiros brasileiros conscientizaram-se de que, ao aderirem às construções sustentáveis, colaboram para o desenvolvimento do País e, ao buscar novos desafios, em suas respectivas áreas de atuação, ajudam o Brasil a consolidar uma posição de destaque no ranking das construções sustentáveis, cujo número aumenta a cada ano.

MEIO AMBIENTE - Construções sustentáveis, o futuro das cidades

Por sermos o quarto colocado na certificação LEED, inúmeros profissionais brasileiros já enquadraram seus projetos às normas e exigências do Green Building Brasil. No estado de São Paulo, primeiro colocado na lista do GBC Brasil em número de projetos certificados, seguido do Rio de Janeiro e, depois, o Paraná, conforme informou Felipe Faria, está localizada a maior parte dos prédios verdes do País. Faria ressaltou que, no Brasil inteiro, já existem projetos verdes certificados, faltando apenas o Estado do Tocantins, que caminha para dentro em breve ter a certificação LEED.



Edifício Eco-Berrini, em São Paulo. Certificado na categoria Gold no LEED.

MEIO AMBIENTE - Construções sustentáveis, o futuro das cidades

O arquiteto Rafael Tozo, sócio-diretor do escritório ACR Arquitetura, com sede em São Paulo, especializado em práticas inovadoras e eficientes, baseadas nos conceitos da arquitetura contemporânea, humanizada e sustentável, é um dos inúmeros escritórios brasileiros que já atuam na construção de edifícios verdes e já obteve a certificação LEED nas categorias platina e ouro, as mais cobiçadas e difíceis de conseguir pelos profissionais da área da construção civil.

Oito dimensões avaliadas pela
Certificação LEED



Localização e Transporte



Espaço Sustentável



Eficiência do uso da água



Energia e Atmosfera



Materiais e Recursos



Qualidade Ambiental Interna



Inovação e Processos



Créditos de Prioridade Regional

Imagem: GBC Brasil



Foto: ACR Arquitetura



Rafael Tozo, sócio-diretor do escritório
ACR Arquitetura

MEIO AMBIENTE - Construções sustentáveis, o futuro das cidades

Rafael explicou que uma edificação para se enquadrar nos parâmetros de engenharia e arquitetura contemporânea, humanizada e sustentável deve seguir as diretrizes do GBC Brasil. “Os projetos que buscam a certificação LEED são analisados por oito dimensões e todas possuem pré-requisitos (práticas obrigatórias) e créditos (recomendações) que, à medida que são atendidos, garantem pontos à edificação”. Segundo ele, o nível de certificação é definido conforme a quantidade de pontos adquiridos, podendo variar de 40 a 110 pontos. Rafael contou que são quatro os níveis adotados: Certificado, Silver, Gold e Platinum.

Três projetos do escritório receberam certificação LEED pelo trabalho desenvolvido para o Grupo Fleury Medicina e Saúde, nas unidades de Alphaville (Gold), Rochaverá-Morumbi (Gold) e Ponte Estaiada (Platinum). Como desafio para o arquiteto em cumprir as normas de sustentabilidade e pleitear a certificação do mais alto nível, o Platinum, o projeto do edifício visou à máxima eficiência energética. Rafael contou que foram aplicadas as seguintes ações: 90% de iluminação em led, ar-condicionado automatizado e utilização de equipamentos com certificado Energy Star, além de motores de alta eficiência e desempenho. “Aliamos a excelência a uma ambientação e atendimento humanizados, com salas

de espera e estar localizadas estrategicamente em espaços com luz natural e vista para o exterior”, explicou.

Para Felipe Faria, o aprimoramento e as novas tecnologias incorporadas às técnicas de construção de edifícios verdes trarão cada vez mais benefícios e ganhos de sustentabilidade ao meio ambiente. Segundo ele, as previsões da ONU relacionadas ao aquecimento global para o ano de 2030 e 2050, dizem que a temperatura da Terra poderá subir a níveis alarmantes. Sendo assim, a construção dos prédios verdes, que tem crescido cada vez mais em todo o mundo, ajudará reduzir, nos próximos anos, a emissão de dióxido de carbono CO₂, um dos responsáveis pelo efeito estufa.



Imagem: ACR Arquitetura

Sala de espera do Grupo Fleury (Ponte Estaiada – São Paulo). Iluminação em LED que diminui em 30% o consumo médio de energia. Materiais de acabamento de baixo impacto ambiental, não voláteis, e de longa duração (pré-requisito LEED) não fazem mal à saúde dos operários e ocupantes.

CLEPSIDRA

Operação Resgate:

a atuação da Imprensa Nacional como editora

Dermeval Fernandes Dantas

Nesta primeira matéria

de uma série de três, resgatamos a atividade de casa editora da Imprensa Nacional (IN) numa reportagem reveladora do nascedouro da própria atividade editorial no Brasil. Instalada oficialmente em 13 de maio de 1808 sob a denominação de Impressão Régia, naquele mesmo dia, sua oficina gráfica da casa 44, da Rua do Passeio, Rio de Janeiro, imprimiu o primeiro livro brasileiro — *Relação dos Despachos Publicados na Corte pelo Expediente da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e de Guerra*. O original encontra-se bem guardado em um cofre da Biblioteca Nacional, com fac-símile disponível no Museu da Imprensa.

Nas duas próximas edições de *Imprensa Nacional – novos rumos da comunicação pública*, o leitor completará a visão da longa viagem editorial da Casa, notadamente na edição de maio, mês da comemoração conjunta do aniversário de 210 anos do Órgão e também do primeiro livro brasileiro.

A publicação de livros na Imprensa Nacional é irmã gêmea da divulgação de atos oficiais do Estado brasileiro. Embora o primeiro produto da Casa tenha sido um livro, seu conteúdo constituía-se de atos oficiais, na forma de despachos. Estes ganhariam a companhia de leis, portarias e decretos apenas cinco meses adiante, em 10 de setembro de 1808, nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal editado e impresso no Brasil, precursor do *Diário Oficial da União (DOU)*.

Chama a atenção o desconhecimento de muitos a respeito da atividade editorial da Instituição para difusão de cultura e conhecimento, desde 1808 até anos mais recentes. Em um salto no tempo, o Órgão alcança os anos 1980 e 1990, como responsável pela edição e impressão da maioria das publicações da administração pública federal. Das oficinas da IN saíram o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*, publicação da Academia Brasileira de Letras que, em função de sua importância, foi impressa em papel-bíblia com acabamento em capa dura, tipo cartonagem. Essa publicação é uma espécie de cartilha para os amantes da língua.

A *Constituição Federal* e o novo *Código Nacional de Trânsito (CNT)*, publicações avulsas relevantes para nossa sociedade, cuja comercialização chegou a provocar burburinho nos corredores da IN. Só para se ter uma ideia, quando a Imprensa lançou o novo *CNT*, formavam-se filas na Divisão Comercial para adquirir um exemplar do Código.

Foto: Lisandra Nascimento



Algumas das obras editadas pela Imprensa Nacional

Aquela época, a Casa possuía um pujante e robusto Programa Editorial, que contemplava, exclusivamente, instituições públicas e cuja carteira de clientes atendia quase 20 organizações oficiais. Instituições históricas, a exemplo da Academia Brasileira de Letras (ABL), da Fundação Casa de Rui Barbosa e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e instituições que publicam obras de conteúdo jurídico, a exemplo dos tribunais superiores e o Tribunal de Contas da União, eram clientes cativos da IN.

Essas instituições encaminhavam suas publicações, com periodicidade definida, para a IN, onde cada equipe de revisores assumia a tarefa de dar um tratamento editorial ao material que era recebido e a realização de outros procedimentos. Essa sequência de ações ocorria na Divisão de Editoração (Died), composta pelas seções de Cálculos Gráficos, Fotocomposição, Revisão, Paginação, Programação Visual e de Controle Editorial.

Apesar de todo esse volume de trabalho, a Instituição não tinha visibilidade na praça como editora. Pensando em se firmar como uma casa de publicações do serviço público, no início dos anos 1990, a direção da IN da época lançou uma campanha cujo slogan era “Imprensa Nacional, sua editora oficial”. Como resultado desse esforço, a IN acabou publicando várias obras avulsas, a exemplo do *Estatuto do Idoso*, *Código de Defesa do Consumidor*, *Estatuto da Criança e do Adolescente*, *Licitação e contratos*, entre outros.

Obras – custos, periodicidade e um pouco de história

A obra mais antiga do Programa Editorial era a *Coleção das Leis da República Federativa do Brasil*, lançada em 1808, com periodicidade anual até 1937; de 1938 a 1988, trimestral; e, a partir de 1989, bimestral. A publicação compilava os atos do Poder Legislativo e Executivo, anexos de regimentos, regulamentos, estatutos, estruturas básicas de órgãos administrativos e tabelas de vencimentos, soldos e gratificações, além de tabelas de quadro de pessoal. Segundo o servidor aposentado Francisco das Chagas Pinto, que trabalhou na IN de 1974 a 2015 e chefiou a Died, “a publicação chegou a ter uma tiragem de 15.000 exemplares. Porém, no final dos anos 90, quando o Programa Editorial estava em processo de extinção, publicávamos apenas 1.000 exemplares”.

As demais publicações de natureza jurídica eram a *Revista Trimestral de Jurisprudência do STF*, *Revista do Tribunal Regional Federal da 1ª Região*, *Ementário de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios*, *Revista do Superior Tribunal Militar*, *Jurisprudência do Superior Tribunal Militar*. Cada revista dos tribunais superiores (STF, STJ, STM e TCU) tinha uma tiragem em torno de 1.000 exemplares, sendo que 10% (100) eram enviados para o tribunal cliente e os outros 90% (900 exemplares) a IN disponibilizava para venda ou assinatura visando cobrir os custos envolvidos na produção da obra.

CLEPSIDRA - Operação Resgate: a atuação da Imprensa Nacional como editora

Entretanto, no que diz respeito aos custos de impressão de obras de instituições históricas, existia uma legislação que amparava a gratuidade para publicação de obras dessas organizações. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) publicava a sua Revista do IHGB, sem ônus para a instituição, respaldado no Decreto nº 15.431, de 5 de abril de 1922. Com relação às obras da Academia Brasileira de Letras, a gratuidade para publicação estava assegurada no Decreto nº 726, de 8 de dezembro de 1900.

Já a Fundação Casa de Rui Barbosa, a isenção do pagamento dos custos para cobrir despesas para publicação tinha base legal no Decreto-Lei nº 3.668, de 30 de setembro de 1941, baixado pelo presidente Getúlio Vargas, e em consonância com o Decreto nº 21.182, de 27 de maio de 1946, promulgado pelo presidente Eurico Gaspar Dutra.

Porém, a menina dos olhos das publicações da Academia Brasileira de Letras era o *Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP)*. Desde 1931, a Casa publicava o VOLP. Foram quatro edições, sendo que a última saiu em 1998. Na ocasião, segundo Geraldo Guerra, servidor da IN, que na época era coordenador de publicações e representava a Casa nos contatos com a ABL, o então presidente da instituição, Arnaldo Niskier, ficou tão impressionado com o primor editorial e a beleza gráfica da obra que, numa solenidade na ABL, homenageou ele e o ex-presidente José Sarney com a concessão da Medalha do Centenário “pela qualificada atuação editorial de V. Sa., na Imprensa Nacional, a serviço da cultura de nosso país...”. Essa medalha foi lançada no ano anterior pela comemoração dos 100 anos de fundação da ABL.

Ambiente e rotina de trabalho

As servidoras aposentadas da Imprensa Nacional, Maria Beatriz Miranda Rocha e Maria Miramar Ramos, falam a respeito de suas experiências na Seção de Revisão de Textos da IN. “Ingressamos na Imprensa por meio de concurso para Técnico em Comunicação Social, em 1979, para trabalhar na Seção de Revisão de Obras do então Departamento de Imprensa Nacional, como a Imprensa era denominada àquela época. O nosso concurso era para provimento de 120 vagas, sendo que 60 foram chamados para contratação imediata. Os demais foram chamados paulatinamente à medida que os servidores mais antigos iam se aposentando. Foi um período em que enrique-

ci os meus conhecimentos e guardo, com carinho, lembranças das amizades que construí no convívio com os colegas naquela época,” rememora Beatriz, com uma ponta de saudosismo.



Foto: Lisandra Nascimento

Maria Beatriz Miranda da Rocha, servidora aposentada da Seção de Revisão de Obras

Já Miramar, chefe da Revisão matutina por bom tempo, lembra que o trabalho de revisão era feito em dupla, de modo que um revisor lia e marcava as eventuais correções na prova e o outro acompanhava a leitura no texto original. Outro detalhe: cada equipe de quatro jornalistas (revisores) era responsável pela edição de uma obra, que consistia da copidescagem (revisão gramatical dos textos originais) até a revisão final do material paginado já em forma de livro. Após a última revisão, a equipe responsável pela obra assinava o *Imprima-se*, que era a ordem atestando que a obra estava pronta para ser encaminhada à Coordenação de Produção.



Foto: Lisandra Nascimento

Maria Miramar Ramos, servidora aposentada da Seção de Revisão de Obras

Ela relata, ainda, que a Imprensa Nacional editava várias outras obras, com periodicidade variada e algumas publicações avulsas, como o *Manual de Redação da Presidência da República*, dentre outras. Ressalta, porém, que “o carro-chefe do nosso Programa Editorial era a *Coleção das Leis da República Federativa do Brasil*, uma publicação própria, mensal, cujo conteúdo era a reprodução leis do *DOU*”.

Outro servidor aposentado que conhece bem a história do Programa Editorial da IN e os seus problemas é Néelson Monaiar. Ingressou na IN em 1985, por intermédio de concurso público realizado em 1981, e aposentou-se em 1994. Foi chefe

da Seção de Revisão de Textos por mais de dois anos e conheceu bem as dificuldades do setor. Segundo Monaiar, foram vários desafios que ele encontrou na linha de produção de obras: “...a Revisão tinha um volume muito grande de trabalho, pois a Imprensa era responsável pela edição das principais publicações do serviço público federal, além de receber pedidos de impressos de todo tipo, desde os administrativos até os de campanhas públicas. Todos esses trabalhos passavam pela Revisão. Era uma quantidade muito grande de textos a serem revisados por uma equipe pequena”. O outro desafio era a Revisão dar conta do volume de trabalho com a qualidade e com a velocidade que os prazos exigiam, “porém, tudo era superado pelo trabalho conjunto e solidário dos revisores”.



Foto: Acervo pessoal

Néelson Monaiar, servidor aposentado da IN, ex-chefe da Seção de Revisão de Textos

Com relação aos gargalos, Néelson assinala: ... “falta de planejamento interno, o que fazia com que os trabalhos chegassem à Revisão sem previsão de prazos e de prioridades, sendo colocados para execução, mas tendo que ser, frequentemente, substituídos por outros por ordens superiores.”

No final dos anos 1990, em função de vários fatores, o avanço tecnológico atingiu intensamente a atividade gráfico-editorial. O surgimento de novas formas de publicar o conteúdo das publicações por meio eletrônico, portanto sem o uso do papel, agradou segmentos da sociedade, preocupados com a preservação da natureza, porém enfraqueceu a indústria gráfica. Somados a esses fatores e ao entendimento governamental da época de que publicar obras não era prioridade da Imprensa Nacional, o Programa Editorial foi extinto pelo Decreto nº 4.260, de 6 de junho de 2002, revogado pelo Decreto nº 6.482/2008, que restabeleceu a execução de serviços gráficos restrita à Presidência da República e Vice-Presidência.

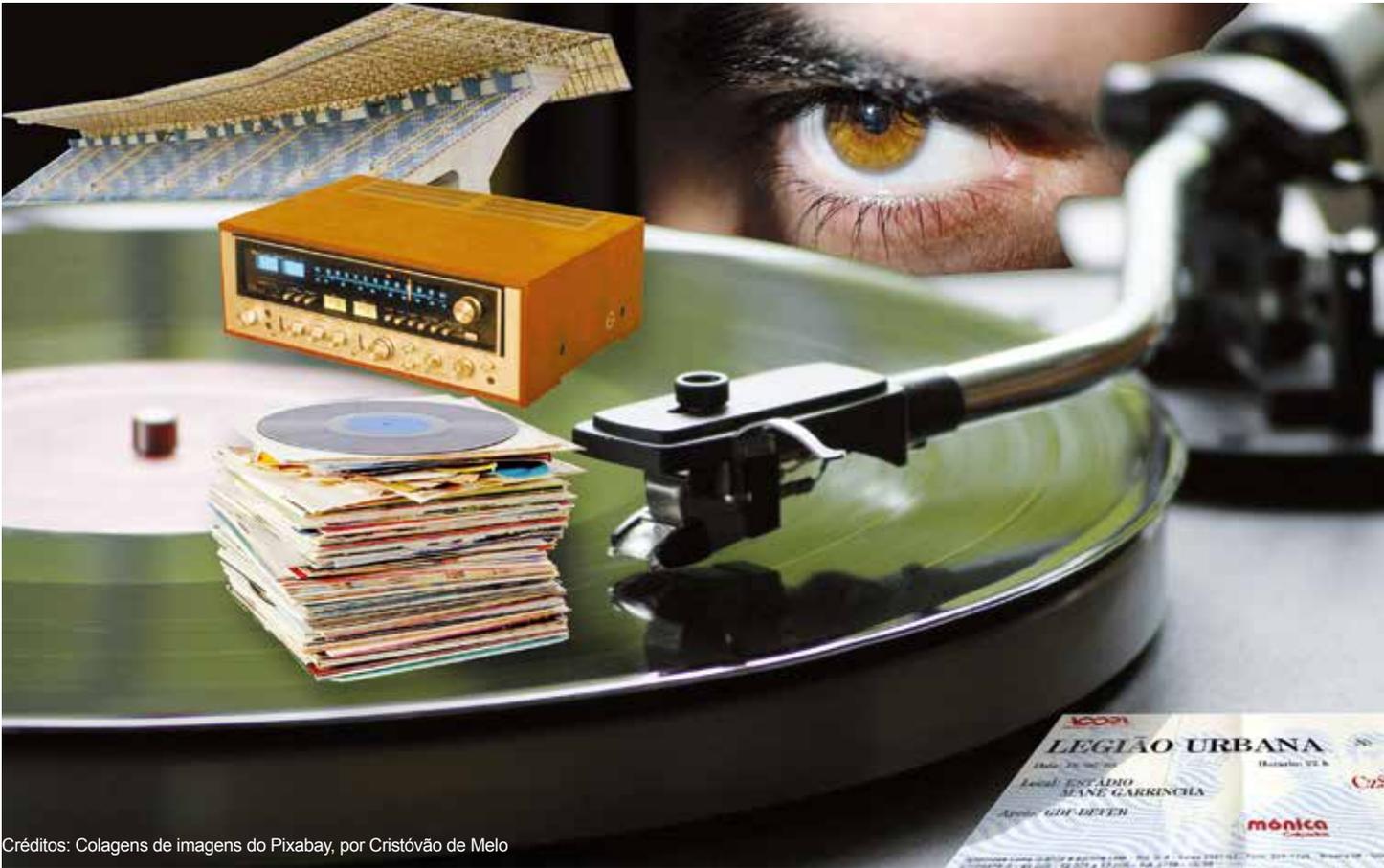


Vertigens a 33 1/3 RPM

Rogério Lyra

Será só imaginação?
Será que nada vai acontecer?
Será que é tudo isso em vão?

(Legião Urbana)



Créditos: Colagens de imagens do Pixabay, por Cristóvão de Melo

Hey, hey mama, trec, hey, hey mama, trec, hey, hey mama, trec, pow, crash!

Depois de socar a mesinha de cabeceira, arrancar e espatifar um exemplar do Led Zeppelin IV, original de 1971, de uma veterana pick-up Polyvox estroboscópica, Fred resmungava sozinho, enquanto andava de um lado para o outro feito um leão enjaulado.

- Esse já era. Droga, quando é que eu vou aprender? Não dá pra emprestar essas raridades. Capa de papelão trançado com lona, vinil 180 gramas... Importado.

Fanático por música, era também um fã ardoroso dos vinis. Para ele, o CD nunca substituiu o prazer de entrar em uma loja de discos e percorrer as prateleiras admirando as capas dos LPs, produzidas pelos mais consagrados artistas gráficos. O formato CD, com suas capinhas de imagens reduzidas, não tinha a menor graça. Assim como também não tinha pular as faixas sem sentir, na ponta dos dedos, o medo de arranhar o disco. Além disso, nada superava a sensação de puxar um vinil novinho do plástico que o envolvia, ouvir os estalidos da eletricidade estática e sentir o aroma característico desse glorioso polímero derivado de petróleo. Não, não havia nada igual... Quantos sucessos registrados em seus sulcos, prontos para serem reproduzidos em alta fidelidade. É, mas os avanços não pararam por aí e hoje a possibilidade de baixar músicas, uma a uma, em formato digital, direto de uma loja virtual, tornou o conceito de obra fechada meio obsoleto. Para os fãs do rock progressivo, de bandas como Yes, Jethro Tull, Pink Floyd ou Rick Wakeman e seus discos conceituais, isso é uma mutilação na obra, um verdadeiro sacrilégio. Bem, a era de ouro discos conceituais e analógicos se foi.

E, com ela, os psicodélicos anos 1970, que foram arrastando os dançantes anos 1980, que reboaram os 1990 da sala de espera dos digitais anos 2000. Mas, em uma pequena quitinete, no comércio local das quadras 400, na Asa Norte em Brasília, em meio a um amontoado de LPs de *rock*, *pop* e *blues*, com pôsteres de bandas por todo lado, onde se destacavam um receiver Sansui 5500, um tape deck 850D e uma pick-up estroboscópica TD-3000, ambos Polyvox, o tempo parecia ter parado em 8 de dezembro de 1980. No exato momento que um louco, em frente ao Dakota, em Nova Iorque, ceifava a vida do líder de toda uma geração... *Our life together/ Is so precious together/ We have grown...* cantava John Lennon, na faixa título de seu derradeiro disco, *Double Fantasy*.

Depois de recolher os cacos e jogar no lixo, Fred procurou se acalmar: “*om mani padme hum*”, entoou o mantra zen que aprendeu quando morou em uma comunidade *hippie* na Chapada dos Veadeiros. Mais “calmo”, mandou um *watsApp* para Lauro, o amigo que tomara emprestado o disco: “Cara, você inutilizou a melhor faixa do disco, *Black Dog*, cara, justo *Black Dog!* Nunca mais me peça nada emprestado”!!! Depois, ligou o computador

“...por todo lado, onde se destacavam um receiver Sansui 5500, um tape deck 850D e uma pick-up estroboscópica TD-3000, ambos Polyvox, o tempo parecia ter parado em 8 de dezembro de 1980.”

e buscou no Google um marceneiro. Teve a brilhante ideia de mandar fazer uma estante com portas fechadas à chave. Assim, manteria a salvo suas relíquias de vinil.

- Alô, de onde fala?
- Marcenaria Pau da Obra, pois não.

- Engraçado, no anúncio não tem esse nome, só diz que vocês trabalham com madeira de verdade.

- Exato, o nome nós escolhemos hoje. Mas é isso aí, só trabalhamos com madeira de verdade, por isso o Pau da Obra, sacou? Hoje em dia, a maioria trabalha com MDF ou MDP, esses últimos são os mais fracos. Só usamos madeiras certificadas, ou de demolição, coisa fina, para quem entende. Lógico, um pouquinho mais caro. Mas qual é o serviço que o senhor pretende?

- Bem, eu quero fazer um móvel, uma estante para pôr uns discos antigos, uns vinis. Mas quero que tenha portas com chaves. Não quero que o pessoal fique olhando e pedindo emprestado, sabe como é, são raridades.

- Sei... Seu, seu...

- Fred.

- Seu Fred, em meia horinha chego aí e a gente vê o que se pode fazer, tá legal?

- Beleza.

Meia hora depois, a campanha toca. Era o rapaz da marcenaria. Fred mostrou as prateleiras entulhadas, abertas e arreadas com o peso de centenas de discos, todos amontoados, tão apertados uns contra os outros, que entre eles não passava mais nem uma folha de papel.

- Uau! Cara, você tem aqui umas raridades, hein? *Big Boy* - Baile da Pesada, Grilo1, *Sticky fingers*, dos Stones, Fred King, Mundo Racional, do Tim Maia, O Concreto já rachou, da Plebe Rude. Vale a pena fazer uma estante de primeira, madeira de lei, com fechaduras também reforçadas - disse Marlon, o rapaz da marcenaria.

- Pra quem tem sua idade...

- 20.

- Pois é... estranho saber tan-

to de discos antigos, ainda mais de vinil.

- Meu pai é fã de vinil, tem mais de 500 em casa. Também tem a maior ciuemeira deles. Ele me mostrou vários, inclusive de bandas dos anos oitenta. Das nacionais, ele preferia a Legião Urbana, eu sou muito mais a Plebe Rude, muito mais *rock*, acho que eles tinham mais pegada, sacou? Pra mim a Legião era meio deprê. O pai esteve até naquele show, aquele que saiu o maior quebra-pau, em 1988.

- É, esse foi o show. Não estive lá. Tudo bem que você ache isso da Legião, mas tem que ver que depois daquele show, se você reparar, vai ver que o estilo deles mudou, assim... Menos letras de protesto e mais de problemas de relacionamento, filosofia, essas coisas. Acho que aquele show foi meio que um divisor de águas. Quer ver? Vou te mostrar a diferença entre as fases. Veja o disco de 1987, *Que país é esse?* e o de 1989, *As quatro estações...* Daí pra frente eles..., divagava Fred.

Tentando mostrar as diferenças entre as fases, Fred subiu numa escadinha de metal que usava para pegar os discos, quando, de repente, sentiu uma vertigem.... uooooooooopa.

- Ei, eiiiicalma aí rapá, essa foi por pouco hein?, gritou enquanto aparava Fred.

Quando voltou a si, Fred se viu amparado por um rapaz de uns 20 e poucos anos, no que parecia uma loja de discos, do velho estilo: discos de vinil. Confuso, perguntou assustado: - Ué, o que é isso? O que é que você tá fazendo aqui?

- O que é que tô fazendo aqui? Eu é que pergunto, o que foi que você tomou a essa hora da manhã? - respondeu o rapaz.

Desnorteadado com a situação, Fred olhou e reconheceu onde estava: “não era possível”, pensou. O rapaz era o Vladimir, o Vlad (como era mais conhecido), o proprietário, a loja, a Merlin Discos, no Setor de

Diversões Sul em Brasília, no lendário Conic. A loucura é que não era o velho Vlad de 2018, mas o jovem, dos anos 1980. Não podia ser. Pensou: “será que desmaiei, bati com a cabeça e estou tendo alucinações?”. Um minuto depois, se sentia em plena disposição. Na verdade, não se sentia tão bem assim há muito tempo. Olhou para suas roupas e continuava tudo do mesmo jeito; vestia sua surrada Levi’s 501, um par de All Stars pretos e uma camiseta dos Rolling Stones da turnê *Voodoo Lounge* de 1995, no Brasil. Virou-se para o lado e topou com um espelho que havia perto do balcão e, para sua surpresa, não se reconheceu. Impossível! Era ele mesmo em pessoa. Só que uns 30 anos mais jovem. Passado o susto e convencido que estava tendo uma alucinação, tentou encarar tudo aquilo com naturalidade e curtir a situação.

- Fred, não quero atrapalhar a sua viagem, mas já são 15 para as 10 e estou e estou fechando a loja. Vou subir daqui até o Mané Garrincha pro show da Legião - disse Vlad, enquanto ia recolhendo o dinheiro do caixa.

- Como assim, show da Legião, eles voltaram?

- Claro que voltaram, cara. Demorou, mas eles estão em Brasília, esse vai ser o show!

- Por falar nisso, o cara que ia passar aqui e comprar um ingresso que eu descolei furou. Tá a fim de subir comigo agora? Pega aí, depois a gente acerta.

- Valeu.

Vlad e Fred subiram, então, do Conic rumo ao estádio Mané Garrincha, o antigo estádio. Já nas margens do Eixo Monumental, multidões de fãs, vindas de todos os cantos de Brasília se encontravam como afluentes, formando um caudaloso e agitado rio de gente. De todas as idades e classes sociais, eram todos uma só legião, uma barulhenta e eufórica legião de fãs. No meio da turba, arrasados pela corrente, desciam os

dois cantando com um grupo de jovens que vinha da rodoviária e entoavam os *hits* dos legionários: “Será só imaginação...”. Como se estivesse em transe, Fred não se questionava mais, apenas um pensamento passou pela sua cabeça: “será que estou sonhando agora, ou a minha vida toda foi um sonho e agora acordei?”.

Já na portaria do estádio, Vlad e Fred logo perceberam que os ingressos que lhes davam acesso ao show pouco lhes garantiam a entrada com tranquilidade. O rio de gente, caudaloso e barulhento, agora arrebentava em turbulentas ondas de milhares de fãs ansiosos para encontrar com a banda de Renato e companhia. Logo na entrada, a confusão se inicia, filas se embolam, empurra-empurra respondido com truculência pela segurança. Enfim os portões se abrem e uma multidão enlouquecida corre em direção ao gramado.

- Cara esse negócio vai acabar mal, se é o show de 88, já sei o que vai dar, pensa alto Fred.

- O que é que você tá falando cara, virou profeta agora? Não basta essa camiseta aí de uma turnê dos Stones no futuro? Os Stones no Brasil em 1995, Ah, há, há, zoava Vlad.

Depois de mais confusão, com a galera das arquibancadas pulando o fosso em direção ao gramado, polícia e cachorros nos calcanhares dos fãs. O show começa com mais de uma hora de atraso: “Boa noite, Brasília... boa noite, tudo em cima? Simmm, a gente vai se divertir? Vamos... Legal! Renato fala com a galera que responde, mais adrenalina no ar. Começam os acordes, baixo e bateria.... “Que país é esseeeeeee, que país é esseeeeeee, que país é esseeeeeee...”

- Uuuuuu, não falei cara, esse vai ser o show! - lembrou Vlad se virando para o Fred.

Nesse momento uma briga se inicia bem ao lado dos dois... *Crash, pow...* “Que país é esseeeeeee, que país é esseeeeeee, que país

é eeeeeeeeeee...”

Dias depois, no Hospital de Base de Brasília:

- Bem-vindo ao planeta Terra, Sr Fred, como se sente? Planeta Terra, bem-vindo, onde estou? Quem são vocês? O que estou fazendo deitado aqui nessa cama?

- Quantas perguntas! Pelo visto, o senhor está totalmente recuperado do trauma que sofreu. Eu sou o Dr. Afonso, neurocirurgião do HBB e essa é a dona Cleusa, técnica em enfermagem. Bem, resumindo e simplificando, segundo o seu prontuário, o senhor deu entrada com um quadro de suspeita de traumatismo craniano que, felizmente, após os exames, não se confirmou.

“... Olhou para suas roupas e continuava tudo do mesmo jeito; vestia sua surrada Levi’s 501, um par de All Stars pretos e uma camiseta dos Rolling Stones da turnê *Voodoo Lounge* de 1995, no Brasil..”

O senhor teve apenas uma concussão cerebral e está há dois dias em observação. Nesse período o senhor ficou – digamos assim – “fora do ar” e agora acaba de aterrissar.

Ainda confuso com a situação, Fred olhou em volta e viu Lauro, em pé na entrada da porta, com o sorriso despreocupado de sempre. Tentou se mover na cama e sentiu uma fisgada no braço. Foi aí que percebeu que estava ligado a um tubo de soro. Pediu ao médico que retirasse, enquanto ajustava o cabelo com a mão.

- Calma, amigo, vai ter que permanecer mais um tempinho por aqui. Tenho que preencher um formulário, só então o senhor terá alta e poderá ir para casa. Outra

coisa, pelo que relatou o rapaz que o acompanhou até aqui, o senhor deve sofrer de alguma patologia que cause vertigem, labirintite, alguma oscilação de pressão. É bom voltar depois e marcar um *check-up* geral com um clínico.

- Doutor, o Sr, poderia me explicar como vim parar aqui? Só o que eu me lembro é que eu estava num show..... em pleno Mané Garrincha, quer dizer, no estádio velho, na noite de 18 de junho de 88, de 1988, no último show da Legião Urbana em Brasília. Eu estava no meio da multidão, quando começou uma briga, o empurra-empurra e depois não vi mais nada.

“Ah, esse foi o show! Eu estive lá, já faz 30 anos e passou tão rápido, parece que foi ontem. Lembro bem de tudo, do tempo, do clima... tinha algo estranho no ar. Muita adrenalina, gente, gente que não acabava mais. Brasília toda estava lá. De repente, desandou. Começaram brigas por todo lado, e aquele maluco que agarrou o Renato... ah, uma pena. Mas pode ver, depois daquele show, o repertório mudou, tenho a coleção completa deles, toda em vinil. Ficou mais intimista, menos político não acha?” - viajou o médico em suas próprias lembranças.

Repentinamente, como se despertasse de um sonho, com um sorriso no rosto, o médico virou-se e pediu a Lauro que se aproximasse, enquanto se despedia, dizendo a Fred que em alguns minutos voltaria para lhe dar alta.

- Cara que loucura, quando cheguei aqui pensei que você fosse bater as botas, maior susto, mas o médico me disse que não era nada grave, mas que você tinha que ficar um tempo em observação. Por isso não avisei a ninguém da tua família, para não preocupar, saca? Se você piorasse...

- É. Fez bem, valeu. Quando eles souberem, eu já tô fora dessa. Mas peraí, o doutor disse que o rapaz lá da marcenaria me trouxe até aqui. Eu não me lembro dele lá

no show. Eu tava lá com o Vladimir, saca o Vlad? Lá da lojinha de discos no Conic, a Merlim Discos. Não sei como fui parar lá, só me lembro que tive uma tontura e vi tudo girando, girando, quando tentava pegar um disco na prateleira lá de casa, depois já estava lá na Merlin, com o Vlad e eu 30 anos atrás, em 1988! Foi tudo muito rápido, ele tinha um ingresso sobrando pro show da Legião e de repente estávamos lá no meio da multidão. Acredita?

- Humpf, você sempre se arrependeu de não ter ido a esse show. Bem, agora você finalmente foi! Ha ha ha!

- Será?

Depois da piadinha (não havia acreditado em nada do que Fred dizia), Lauro entregou o pacote que trouxe para o amigo. “Toma, comprei no Mercado Livre, *Led IV* original, 1971, vinil de 180 gramas, raridade! Ah, você podia me dar o seu que eu arranhei *Black Dog*, que tal? Eu prefiro *The Battle of Evermore*. Passei lá na tua quite e peguei uma camiseta, só tinha essa limpa. A moça da recepção disse que a sua eles tiveram que jogar fora, tava suja de sangue...argh.

- Pô, cara, valeu pelo disco, mas tinha que pegar logo essa camiseta tosca do Kiss que eu ganhei da Carla? Tá super apertada, além de ser brega com essa foto Gene Simmons! Diz aí, ainda tem mais do *Led IV*, lá onde você comprou?

Depois de receber alta, Lauro leva o amigo de volta para casa. No percurso, os dois seguem calados. Até que Fred rompe o silêncio:

- Que dia é hoje?

- Quarta, 20 de junho.

Incrível. O rapaz da marcenaria teve na segunda, 18, lá em casa, o show foi à noite, só que era sábado, acordo dois dias depois no hospital, na quarta, 20... Incrível, disse Fred.

Depois de se despedir de Lauro, já em casa é que Fred percebe

que a estante que encomendou está pronta. “impossível! Em prazo recorde”, pensa. Em cima da bancada vê um bilhete de Marlon, o rapaz da marcenaria:

“...Muita adrenalina, gente, gente que não acabava mais. Brasília toda estava lá. De repente, desandou. Começaram brigas por todo lado, e aquele maluco que agarrou o Renato... ah, uma pena. ”

- Caro Sr Fred, foi fácil executar seu projeto. Quando mostrei ao meu pai o que o sr. queria, ele se empenhou pessoalmente e terminamos em apenas um dia! Seu amigo Lauro nos ajudou na montagem, queria lhe fazer uma surpresa. Nós da marcenaria Pau da Obra ficamos muito satisfeitos em poder servi-lo, esperamos que esteja do seu agrado. Desejamos também uma rápida recuperação. No envelope está a fatura do serviço. Aceitamos cartão, dinheiro e, do senhor, cheque, se o senhor ainda usar. Forte abraço, Marlon.

Satisfeito com serviço, mas depois de tudo que aconteceu, pensou que afinal era bobagem se importar tanto com discos velhos e arranhões. Tudo isso era menos importante que preservar antigas amizades. Resolveu esfriar a cabeça e tomar um boa ducha, jogou a camiseta do Kiss na cesta de roupas sujas e, ao tirar a calça, verificou, como era de costume, se havia algo no quinto bolso, aquele que ninguém usa nos jeans. Fuçou à procura de alguma moeda e, enquanto se olhava no espelho, pensou: “é... você estava bem melhor em 1988. Foi quando puxou nas pontas dos dedos um papel amassado. Desamassando com cuidado o que parecia ser... o canhoto do ingresso... e em estado de choque, gritou:

- NÃO, NÃO É POSSIVEL!

- SERÁ?

FEBRE AMARELA

#FebreAmarela

f /minsaude

t /minsaude

YouTube /MinSaudeBR

Informação pra todos, vacina pra quem precisa.

Se você ainda não tomou a vacina, procure a unidade de saúde mais próxima e vacine-se.

Se você já tomou, não precisa se vacinar de novo, está protegido.



Para mais informações, acesse saude.gov.br/febreamarela



MINISTÉRIO DA SAÚDE



Callithrix penicillata

(Sagui-de-tufos-pretos)



Simpática família de Saguis-de-tufos-pretos encanta os visitantes dos jardins da Imprensa Nacional